



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde  
Assessoria do Controle Social

### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 2025.

#### 1. Apresentação de Pareceres das Comissões de Finanças e Saúde da Fundação de Saúde de Vitória da Conquista e Fundo Municipal de Saúde;

**Abertura:** Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco às quatorze horas e vinte minutos, na sede do Conselho Municipal de Saúde, situada à Av. Olívia Flores, nº 3.000, Bairro Candeias foi realizada a Segunda Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista – BA, cujo objetivo foi discussão da pauta acima descrita, contando com a presença dos seguintes conselheiros: **Fernanda Oliveira Maron** (Secretaria Municipal de Saúde - Titular); **Aline Lima dos Anjos** (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente); **Lorena Silveira Almeida** (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente); **Fernanda Lima Novais Aguiar** (Núcleo Regional – Titular); **Nívea Maria Silva Silveira** (Instituição Pública de Ensino Superior em Saúde – Titular); **Agnes Claudine Fontes De La Longuiniere** (Instituição Pública de Ensino Superior em Saúde – Suplente); **Ricardo Alves de Oliveira** (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Titular); **Christiane Santos Camargo Rios** (Entidade de Odontologia do Município- Titular); **Maria Tereza Magalhães Moraes** (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município – Titular - **Presidente**); **Rodrigo Santos Damascena** (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município – Suplente); **Juliana Oliveira Santos** (Profissionais de Enfermagem – Titular - **Secretária**); **Fabiana Lima Cavalcante** (Entidade de Trabalhadores em Saúde- Titular); **Maria Helena Lisboa Viana** (Associação de Moradores- Suplente); **Jhoren Bonfim Siziandade** (Sindicato dos Trabalhadores Urbanos – Titular – **Vice Presidente**); **Giovânia Márcia Vieira Souto** (Sindicato dos Trabalhadores Urbanos - Suplente); **Tainá Lima Xavier** (Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Titular); **Maria de Lourdes Ribeiro e Silva** (Entidades Religiosas - Titular); **Davino do Nascimento Silva** (Matriz Africana - Titular); **Ana Tibúrcio dos Santos Sousa** (Entidades Filantrópica do Município – Titular); **Leide Barros Alves Costa** (Entidades Filantrópica do Município - Suplente); **Deusdete de Jesus Oliveira** (Movimento Negro - Titular); **Herberson Sousa Silva** (Movimento Negro - Suplente). A reunião contou também com a presença de visitantes, diretores, coordenadores e gerentes da Secretaria Municipal de Saúde e representante da Fundação de Saúde. Após verificação do quórum regimental a Presidente Maria Tereza deu boas-vindas a todos, solicitou autorização para que a Conselheira Fernanda Lima Aguiar secretarie a reunião na impossibilidade da Conselheira Juliana Oliveira secretariar, o que foi aprovado por todos, em seguida comunicou que, como as reuniões são gravadas e as atas são publicizadas posteriormente, não é permitido qualquer tipo de registro da reunião, seja foto ou vídeos. A Conselheira Fernanda Lima Aguiar deu as boas-vindas e agradeceu a todos os presentes, leu a pauta e justificou a ausência dos Conselheiros: Maria de Fátima Amorim, Luís Rogério e Osvaldo West. **Primeiro Ponto de Pauta. Apresentação de Pareceres das Comissões de Finanças e Saúde da Fundação de Saúde de Vitória da Conquista e Fundo**

*Handwritten signatures and initials:*  
Aline Lima dos Anjos  
Lorena Silveira Almeida  
Fernanda Lima Novais Aguiar  
Nívea Maria Silva Silveira  
Agnes Claudine Fontes De La Longuiniere  
Ricardo Alves de Oliveira  
Christiane Santos Camargo Rios  
Maria Tereza Magalhães Moraes  
Rodrigo Santos Damascena  
Juliana Oliveira Santos  
Fabiana Lima Cavalcante  
Maria Helena Lisboa Viana  
Jhoren Bonfim Siziandade  
Giovânia Márcia Vieira Souto  
Tainá Lima Xavier  
Maria de Lourdes Ribeiro e Silva  
Davino do Nascimento Silva  
Ana Tibúrcio dos Santos Sousa  
Leide Barros Alves Costa  
Deusdete de Jesus Oliveira  
Herberson Sousa Silva



47 **Municipal de Saúde;** A Presidente Maria Tereza informou que, quanto a Fundação de Saúde,  
48 irá ler o parecer referente a 2020 e tendo em vista que tem representante dessa instituição o  
49 mais sensato seria primeiro tratar os pareceres da Fundação de Saúde, em seguida justificou o  
50 motivo pelo qual esse Conselho de Saúde somente hoje, 10 de março de 2025 traz todos esses  
51 pareceres para votar de uma só vez, e relatou que esses pareceres são de contas de 2020 e  
52 2021 tanto das contas normais quanto das contas COVID-19, quanto aos atrasos informou que  
53 nesse período tiveram uma imensa dificuldade de verificação dessas contas, tendo em vista a  
54 situação da COVID-19 naquele momento, onde só voltou ao normal em 2022, lembrando que  
55 em maio de 2022 a nossa então Presidente Sra. Lúcia Dória (in memoria) faleceu e houve um  
56 esvaziamento nesse Conselho de Saúde e foi necessário recompor esse Conselho de Saúde  
57 por um período até dezembro de 2022 e nesse mesmo período as Comissões esvaziaram e teve  
58 muitas dificuldades, inclusive esse Conselho de Saúde pediu auxílio a Comissão de Saúde para  
59 que a Comissão de Finanças conseguisse, mediante quórum respeitado para que essas  
60 verificações fossem legítimas, finalizar, tanto que nos pareceres estão descritos que são das  
61 Comissões de Finanças e Saúde e ainda assim em 2024 essas dificuldades de se reunirem ainda  
62 permaneceram, mesmo com vários apelos para que essas reuniões acontecessem, em seguida  
63 registou o apoio dos Conselheiros: Ricardo Oliveira, Maria de Fátima Amorim, Nívea Maria,  
64 Fabiana Cavalcante, Fernanda Lima Aguiar e Osvaldo West, relatou ainda que trouxe hoje  
65 pareceres de 2020 e 2021 das contas e das contas COVID-19 da Fundação de Saúde, pareceres  
66 de 2020 e 2021 das contas e das contas COVID-19 do Fundo Municipal e pareceres de 2022 e  
67 2023 das contas do Fundo Municipal. A Presidente Maria Tereza iniciou a leitura do primeiro  
68 parecer referente as contas de 2020 da FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
69 – 1º, 2º e 3º QUADRIMESTRES DE 2020 e Contas da COVID-19 de 2020. MEMBROS DA  
70 COMISSÃO DE FINANÇAS QUE PARTICIPARAM DA AVALIAÇÃO: Élio Santos Sobrinho,  
71 Gilvan Fernandes, Maria Tereza Magalhães Moraes, Ricardo Oliveira Alves, Suzana Cristina Silva  
72 Ribeiro, Carolina Garcez, Hélio Pereira dos Santos, Janaina Miranda, Ana Tibúrcio, Fernanda  
73 Lima Novais Aguiar, Osvaldo West, Nívea Silveira, Maria de Fátima Amorim, Fabiana Lima  
74 Cavalcante Moreira, Maria de Lourdes Ribeiro e Silva. RELATÓRIO: Nas datas de 15/12/2020,  
75 16/02/2021, 23/03/2021, 12/02/2021, 21/09/2021, 23/09/2021, 24/09/2021, 25/01/2024,  
76 26/01/2024 e 05/04/2024, a Comissão de Finanças e de Saúde do CMS do Município de Vitória  
77 da Conquista, Estado da Bahia, composta pelos conselheiros acima listados, realizou visitas à  
78 sede da Fundação de Saúde de Vitória da Conquista, para averiguarem todas as documentações  
79 contábeis apresentadas nas prestações de contas do ano de 2020, incluindo as contas da  
80 COVID-19, e em 14 de fevereiro de 2024, as referidas Comissões composta por Ricardo Alves,  
81 Maria Tereza Magalhães Moraes, Osvaldo West, Maria de Fátima Amorim, Nívea Maria Silva  
82 Silveira, Fabiana Lima Cavalcante Moreira, Maria de Lourdes Ribeiro e Silva e Fernanda Lima  
83 Novais Aguiar reuniram-se para elaborar o parecer das visitas realizadas na **FUNDAÇÃO DE**  
84 **SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA** que trataram da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º, 2º**  
85 **e 3º QUADRIMESTRE DE 2020 e CONTAS DA COVID**, e que serviram para subsidiar o presente  
86 relatório. Após análise da documentação, a comissão apresenta para a apreciação dos demais  
87 conselheiros as seguintes constatações: Toda a documentação do 1º, 2º e 3º quadrimestres de  
88 2020 e contas da COVID-19 que foi avaliada, encontrava-se catalogada, acompanhada de um  
89 espelho onde constavam número, data e valores dos lançamentos e que foram conferidos pela  
90 comissão. Após verificação de todas as documentações contábeis apresentadas pela FSVC, a  
91 Comissão de Finanças deste Conselho encaminhou em 17/02/2021 para o Diretor Geral da

*Fabiana*  
*Tamara*  
*West*  
*Mehoreira*  
*Don*  
*NE*  
*Le*  
*pu*  
*pu*  
*dp*



FSVC o Ofício de nº 12/2021/CMS (em anexo) solicitando informações e cópias de alguns documentos bem como esclarecimentos acerca de dúvidas surgidas após a avaliação pela Comissão de Finanças. Salientamos que todas as informações solicitadas eram imprescindíveis para a elaboração do parecer pela Comissão de Finanças, cujas dúvidas surgiram durante as análises das documentações contábeis e na oportunidade informamos que a ausência de respostas ao ofício encaminhado ensejaria a inclusão de todas as dúvidas no relatório final que seria apresentado e votado por toda a plenária do Conselho Municipal de Saúde. Como até a presente data, a Direção da FSVC não encaminhou qualquer esclarecimento e sequer respondeu ao ofício por este Conselho encaminhado, restou a esta Comissão, transcrever os nossos pedidos de informações solicitadas e questionamentos e que servirão de base para a apreciação e votação das contas, pela plenária deste Conselho. a) Cópia do Contrato de Gestão 141/2016 bem como de todos os termos aditivos do referido contrato até a presente data, incluindo 16º Termo Aditivo referente a despesas decorrentes do enfrentamento da pandemia do CORONAVÍRUS. b) Cópias dos contratos: 0164/2019, 140/2017, 093/2017 e das Atas de registro de preço nº 037/2017 e 091/2019; c) Envio dos diários de bordo dos 03 (três) automóveis contratados para prestação de serviços de transportes para a FSVC no ano de 2020; d) Envio das escalas de todos os profissionais médicos que atuam no Hospital Esaú Matos, incluindo aqueles contratados através de Pessoa Jurídica; e) Esclarecimento sobre o motivo pelo qual o prestador José Bernardino Santos Neto vem recebendo pelo mesmo serviço, nas mesmas datas, com os mesmos descritivos de serviço prestado e com dois valores diferentes, bem como os motivos pelos quais o contrato de prestação de serviços de transportes para a FSVC está em nome do Sr. José Bernadinho Santos Neto porém quem presta o serviço para a FSVC é o Sr. Adriano Mendes, utilizando o veículo de propriedade da Sra. Sheila Mendes, a sua esposa; f) Esclarecimento sobre o motivo pelo qual o veículo contratado para prestação de serviços de transportes para a FSVC do prestador Cactos Administração e Serviços encontrava-se no momento da nossa visita, sendo conduzido por um condutor cuja documentação exigida pelo DETRAN (habilitação) encontrava-se vencida; g) Cópia da Chamada pública 01/2020, com o fornecimento da lista de todos os prestadores que atenderam à chamada e foram contratados pela FSVC e respectivas escalas de prestação de serviços dos seus colaboradores; h) Esclarecimento sobre a contratação da Clínica Saúde Mulher, Luiza Coelho Ferreira Serviços Médicos, Alves e Teixeira Serviços Médicos LTDA, DMT Cirurgias Serviços Médicos, MILNYCZUI e Piropo Serviços Médicos LTDA, MEGO - Medicina Especializada em Ginecologia e Obstetrícia, ATENDVITA - Serviços Médicos LTDA, Carla Cristiane Lima Silva, Eclin Hospitalar Eireli, Medical Sul Serviços Médicos, UPAPED - Serviços Médicos LTDA para realizar plantões obstétricos na FSVC; i) Esclarecimentos sobre dívida contraída com a EMBASA que resultou em um parcelamento em 60 meses, a exemplo do pagamento realizado no mês de abril de 2020 onde constavam parcelas de 17 contas no valor de R\$ 12.056,52 e multa das 17 contas no valor de R\$ 741,00 somados aos valores do consumo do mês. j) Esclarecimento sobre a continuada prática já apontada em outras contas reprovadas desta FSVC, do pagamento de salários a vários colaboradores, cujos valores continuam a ultrapassar os valores máximos permitidos pela constituição, que é o valor recebido pelo chefe do Poder Executivo, o Sr. Prefeito Municipal; k) Esclarecimento sobre a continuada prática já apontada em outras contas reprovadas desta FSVC, do pagamento de valor integral do salário previsto para o cargo em Comissão de Diretor Geral, tendo em vista que este se encontra cedido, com ônus para a municipalidade, e que além do valor integral do cargo em comissão continua recebendo concomitantemente os valores



137 integrais do salário do seu órgão cedente de origem, a Universidade Federal da Bahia,  
138 recebendo inclusive, das duas fontes de pagamento, os valores referentes ao vale alimentação;  
139 l) Esclarecimento sobre dívidas acumuladas e que resultaram em parcelamentos de pagamentos  
140 referentes a Imposto de Renda e PIS dos anos de 2018 e 2019; m) Esclarecimento sobre  
141 pagamentos de inúmeras notas fiscais de fornecedores, cujos serviços foram prestados nos anos  
142 de 2017, 2018 e 2019 e cujos pagamentos só foram efetuados em agosto de 2020 e outras tantas  
143 notas que só foram pagas em dezembro de 2020. Para ilustrar este nosso pedido de  
144 esclarecimento, passamos a descrever exemplo de inúmeros pagamentos efetuados com muito  
145 atraso e até mesmo algumas confissões de dívidas realizadas pela FSVC para com os seus  
146 fornecedores: I. Confissão de dívidas para o pagamento da White Martins Gases – Termo de  
147 confissão de dívidas. Processo administrativo nº 129/2019. Parcelas R\$ 15.252,05. Débito de  
148 2018 pago, em janeiro 2020; II. Acordo de pagamento referente ao contrato com a empresa  
149 Lifemed Industrial de Equipamentos e artigos médicos hospitalares. Pregão 020/2017 e Ata  
150 040/2017. Serviço prestado em 04.07.2019, pago em janeiro de 2020; III. Nota fiscal 81.340,  
151 referente à compra de medicamento na Uni Hospitalar LTDA., entregue em 03.05.2019, pago  
152 apenas em 08.01.2020; IV. Pagamento de acordo financeiro referente ao contrato com a  
153 empresa Stericycle Gestão Ambiental LTDA. Serviço prestado em 14.08.2017 e pago em  
154 08.01.2020; V. Pagamento referente à compra de material hospitalar junto à empresa  
155 Especifarma Com. De Medicamento e Produtos Hospitalares. Serviço prestado em 03.04.2018  
156 e pago em 08.01.2020; VI. Manutenção de Máquinas Copiadoras e Repres. LTDA. Prestação de  
157 Serviço em 25.04.2019 e pago em 15.01.2020; VII. Pagamento à empresa Drogafonte Med. E  
158 Mat. Hosp. referente à Prestação de serviço realizado em 09.01.2019 e pago em 15.01.2020;  
159 VIII. Pagamento à empresa Top Móveis LTDA. NF: 2569. Prestação de Serviço em 28.12.2018  
160 e pago em 04.06.2020; IX. Pagamento à empresa Tecno4 Produtos Hospitalares, NF: 37930 de  
161 25.05.2019. Prestação de Serviço entregue em 28.05.2019, pagamento em 05.06.2020; X.  
162 Pagamento de parcelas do INSS do mês 12/2017 a 03/2018 parcela 37 de 60, pago em  
163 18/05/2021. n) Esclarecimentos sobre os motivos pelos quais a Sra. F.G.A.D. contratada pelo  
164 regime da CLT para o cargo de médica, aparece na folha de pagamento com **02 (dois)**  
165 **contracheques, denotando a existência de dois vínculos com essa mesma FSVC e cujos**  
166 **valores salariais quando somados, ultrapassam R\$ 32.000,00.** Ressalta-se que em cada um  
167 dos contracheques, além dos salários, estão contabilizados também valores referentes a  
168 plantões extras, plantões de final de semana, e insalubridades. o) Esclarecimentos acerca da  
169 contratação da colaboradora C.N.A.C. para ocupar o cargo de enfermeiro, com valores de  
170 vencimentos salariais diferentes dos salários praticados para os demais enfermeiros também  
171 contratados pela FSVC, ferindo assim o princípio da isonomia salarial entre uma mesma  
172 categoria. Solicitamos também o envio da escala de trabalho da referida colaboradora  
173 acompanhado do espelho de ponto eletrônico ou da folha de ponto que comprove o efetivo  
174 exercício e cumprimento da função e da carga horária contratada. p) Esclarecimento sobre a  
175 continuada prática já apontada em outras contas reprovadas desta FSVC, do uso da FSVC para  
176 contratação de todo o quadro de recursos humanos para atuarem na Clínica de Fisioterapia e na  
177 Clínica de Saúde Mental do município, tendo e vista que a FSVC se trata de uma fundação para  
178 assistência materno infantil e diagnóstico laboratorial. 03. Observou-se que no 1º, 2º e 3º  
179 quadrimestres, os valores destinados para **pagamento de salários e encargos ( custos com**  
180 **pessoal )** comprometeu nas seguintes proporções a cada mês: : em Janeiro: 64 %, em Fevereiro:  
181 em 59,03 %, em Março: em 61,74 em %: : em Abril: em 65,71% : em Maio: em 42,06 %, em

4

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Tainá", "Diana", "Mehoreira", "Julia", "Fina", "gust", "pau", "af", and "R".







de controle e combate ao COVID-19 no município e não para a FSVC que naquele momento não executava qualquer ação ou atividade dessa natureza. 07. Foi evidenciado ainda nas folhas de pagamento dos colaboradores da FSVC, que **continua a existir um termo formal de cessão de um funcionário público Federal do Ministério da Educação lotado no campus de UFBA de Vitória da Conquista para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, com ônus para esta última.** Tal servidor, continua a receber **concomitantemente** os salários provenientes da sua função como servidor público do Ministério da Educação, como Assistente em Administração e os valores integrais do cargo em comissão que este ocupa na FSVC como Diretor Geral da FSVC. Ao analisarmos a documentação e a realização de um encontro de contas, essa comissão constatou que o servidor vem recebendo mensalmente, desde janeiro de 2017 (época da sua cessão), os valores integrais do seu vínculo de origem com a Universidade Federal da Bahia, que hoje é de R\$ 6.551,96 (seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), valor este que vem sendo restituído integralmente a cada mês pela PMVC para a UFBA/MEC, conforme acordado em termo de cessão. **Além destes vencimentos, essa comissão constatou que o servidor continuou recebendo mensalmente, desde janeiro de 2017 (época da sua cessão), os valores integrais do Cargo exercido na FSVC inicialmente de Diretor Administrativo (CCII) de R\$ 9.777,68 (nove mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) e a partir de setembro de 2019, os valores integrais do cargo exercido como Diretor Geral da FSVC que hoje é de R\$ 10.844,00 (Dez mil oitocentos e quarenta e quatro reais).** Vale ressaltar que a soma dos valores recebidos pelo servidor que ocupa um Cargo em Comissão que hoje é de R\$ 17.395,96 (dezessete mil trezentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), além de superior ao valor que a municipalidade remunera os detentores de cargos com a mesma tipificação, ultrapassa os valores percebidos por Secretários de Governo, Vereadores e até mesmo da Vice-Prefeita à época. Considerando que o servidor veio recebendo desde a data da sua cessão, os dois vencimentos (UFBA e FSVC), e independentemente da existência de sindicância interna realizada ou a ser realizada pelo Conselho Curador da referida Fundação, essa Comissão **RECOMENDA A IMEDIATA SUSPENSÃO DO VALOR QUE VEM SENDO PAGO A MAIOR QUE O VALOR CORRESPONDENTE AO CARGO A QUE O SERVIDOR FAZ JUS, E A IMEDIATA DEVOLUÇÃO PARA OS COFRES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DOS VALORES QUE VINHAM SENDO RECEBIDOS A MAIOR DESDE JANEIRO DE 2017 ATÉ A PRESENTE DATA.** 08. Observou-se que em todos os meses dos quadrimestres avaliados, encontram-se entre as receitas da FSVC um valor de R\$ 191.059,74 (cento e noventa e um mil cinquenta e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos) destinados ao Gerenciamento da Clínica de Fisioterapia e da Clínica de Saúde Mental. Tal situação já havia sido denunciada, em outubro de 2018, pela Vereadora Marcia Viviane Sampaio, para este CMS, e também para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas dos Municípios como "atos ilegais" na contratação de pessoal da Clínica de Reabilitação Física Dr. Sebastião Castro, praticados pelo Prefeito Herzem Gusmão. A essa comissão restou verificar a veracidade da situação denunciada e **constatar que a permanece exatamente igual à situação encontrada nos relatórios do 2º e 3º quadrimestres de 2018 e dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2020 onde todos os salários dos trabalhadores contratados para exercerem funções na Clínica de Fisioterapia do Município e do Ambulatório de Saúde Mental continuam sendo efetivamente pagos pela FSVC.** Ressalta-se que a Lei que cria a FSVC não permite nenhuma assistência que não seja voltada para a assistência materno-infantil ou do Laboratório Central



de Vitória da Conquista. Ressalta-se ainda que já foi publicado um julgamento pelo TCM que reconhece ser esta, uma situação irregular e punindo inclusive o gestor municipal e o diretor geral da FSVC por tal prática. **Esta comissão volta a submeter tal situação para apreciação e deliberação por todos os membros desse CMS, das medidas a serem tomadas a respeito deste tema.** **CONCLUSÃO:** Diante de tudo quanto exposto, essa comissão em nome da transparência e responsabilidade, recomenda submeter aos demais conselheiros o presente parecer para que seja discutido e votado em plenária e deliberado pela aprovação, pela aprovação com ressalvas ou pela reprovação das contas da FSVC referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2020 e Contas da COVID-19, Vitória da Conquista, 10 de março de 2025. O Conselheiro Ricardo Oliveira informou que se sente impedido de votar, porque a época dos fatos era Conselheiro Usuário e hoje não está mais nessa condição, sendo hoje representante da gestão. O Conselheiro Herberson Sousa lembrou-se que esse relatório foi produzido em um momento muito difícil, momento onde a prefeitura municipal resolveu instrumentalizar todos os blogs do município e televisão para criar na cidade de que esse Conselho de Saúde era partidário, não tinha legitimidade para fazer essa avaliação e esse Conselho de Saúde disse e manteve que se tratava de uma análise dos autos das documentações e que não era nenhuma posição do ponto de vista do achismo e sim de uma leitura dos fatos e óbvio que no período eleitoral isso iria tomar uma conjuntura muito maior, mas hoje, distante desse ambiente hostil, observando os fatos, não são pequenos, relatou ainda que a direção da Fundação de Saúde operou o tempo todo contra os interesses da população de Vitória da Conquista e a mesma mídia publicizou o tempo todo a queda do atendimento tanto qualitativa quanto quantitativa, as inúmeras reclamações e a cidade passou por dificuldades, quando na verdade todos sabem que o papel fundamental da Fundação de Saúde era atender a população carente do município e as mais afetadas nesses processos são as mães solo, que procura aquela unidade para atendimento e a referida instituição não tinha condição para atendimento, portanto foi um debate muito duro e esse Conselho de Saúde a época enfrentou um debate duro e desproporcional, porque tentaram jogar a opinião pública da cidade contra o Conselho de Saúde que vinha fazendo o seu trabalho e está escrito, ressaltou ainda que foi assertiva a posição do Conselheiro Ricardo Oliveira de declinar pela votação, até porque do ponto de vista ético, envolve conflito de interesse, mas lembrou-se que a época foi um dos Conselheiros que mais defendeu que esse processo se desse de forma transparente, rigorosa e criteriosa, bem como os demais membros da comissão, dessa forma opta pela reprovação das contas. O Conselheiro Deusdete de Jesus informou que acompanhou o referido hospital desde o seu retorno para o município e foi uma das pessoas que mais lutou para que isso acontecesse e que acompanhou as contas das Fundação de Saúde por 21 anos e na gestão petista nunca uma conta foi reprovada, porém nos últimos cinco anos ficou a desejar, porque até o Conselho Curador do hospital acabou e mesmo quando funcionou não chegou nenhum parecer nesse Conselho de Saúde e lamentou que está deixando esse Conselho de Saúde depois de 21 anos com a Fundação de Saúde nessa situação, mas precisa cuidar da sua saúde, porém irá acompanhar o Conselho de Saúde enquanto cidadão conquistense e finalizou informando que, como não participou da conferência das contas dos últimos sete anos, irá se abster da votação. A Conselheira Maria de Lourdes informou que o que foi colocado no parecer técnico não é nenhuma surpresa, só lamentou o quanto esse Conselho de Saúde foi desrespeitado nesse processo, como se o Conselho de Saúde não tivesse a obrigação de lidar com a transparência e com o Controle Social e lembrou-se que toda vez que o Conselho de Saúde apontava a

*Alfiana*  
*Tavio Lemos Xavier*  
*Herberson*  
*Ricardo Oliveira*  
*Deusdete de Jesus*  
*Maria de Lourdes*  
*Paulo*  
*7*



situação eram recebidos como se estivesse fazendo brigas ou politicagem, mas na verdade a nossa constituição fala sobre o controle social e feliz da nação que busca o controle, por isso fomos criados homem e mulher para um suportar o outro no sentido de dar suporte e questionou porque tanta coisa foi judicializada e hoje entende que é porque não teve resposta para quase nenhum questionamento e quem a conhece sabe que nunca votaria a favor ou contra visando seu próprio interesse e que presta serviço, como médica, há mais de 40 anos sempre defendendo o SUS e que esse espaço tem uma grande importância e que jamais colocaria seu nome aprovando uma situação dessa, nem com ressalva, até porque houve tempo para colocar as coisas no lugar e não foi colocado. A Conselheira Fernanda Lima Aguiar ressaltou que, ouvido esse parecer de fato, enquanto Conselheira, só tem duas opções reprovar ou aprovar com ressalvas, porque foram muitas pontuações e que até entende que administração pública enfrenta muitos desafios, no sentido da burocratização, e que dificilmente estaria 100% correto, mas um relatório com pontuações tão importantes não pode pensar em aprovação e no seu ponto de vista tem que considerar a reprovação, tendo em vista elementos importantes para seguir, porque é muito complicado, respaldar colocando seu nome em uma aprovação, diante de tantos elementos relevantes, relatou ainda que já ouviu falar que o Tribunal de Contas já aprovou, como se o Conselho de Saúde estivesse fazendo algo figurativo, mas na verdade foram apresentados elementos muito relevantes e a Fundação de Saúde vem sendo debatido constantemente nesse Conselho de Saúde, recentemente houve uma troca de gestão com promessas de que as coisas vão melhorar e só nos resta aguardar, porém estamos analisando o passado. O Conselheiro Deusdete de Jesus informou que precisa se ausentar, mas seu suplente está presente e agradeceu a todos. A Presidente Maria Tereza questionou se todos estão esclarecidos, após afirmação que sim, informou que o parecer está no processo de aprovação, aprovação com ressalvas e reprovação, em seguida colocou em votação o Parecer das contas da Fundação de Saúde de Vitória da Conquista, referente ao 1º, 2º e 3º quadrimestre das contas e das Contas COVID-19 de 2020, o mesmo foi **apreciado votado e reprovado por 12 votos**, uma abstenção da Conselheira Fernanda Maron e uma declaração de impedimento do Conselheiro Ricardo Oliveira. Em seguida a Presidente Maria Tereza informou que o parecer de 2021 são muito semelhantes, dessa forma só irá ler os pontos que são diferentes e citar os que forem iguais: **INSTITUIÇÃO VISITADA E PERÍODOS ANALISADOS: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1º, 2º e 3º QUADRIMESTRES DE 2021 e Contas da COVID-19. MEMBROS DA COMISSÃO DE FINANÇAS QUE PARTICIPARAM DA AVALIAÇÃO:** Ana Tibúrcio, Fernanda Lima Novais Aguiar, Maria de Fátima Amorim dos Santos, Maria Tereza Magalhães Moraes, Maria de Lourdes Ribeiro e Silva, Nívea Maria Silva Silveira, Osvaldo West e Ricardo Oliveira Alves. **RELATÓRIO:** Nas datas de, 25/01/2024, 26/01/2024 e 05/04/2024, a Comissão de Finanças e de Saúde do CMS do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, composta pelos conselheiros acima listados, realizou visitas à sede da Fundação de Saúde de Vitória da Conquista, para averiguarem todas as documentações contábeis apresentadas nas prestações de contas do ano de 2021 e contas da COVID-19, e em 19 de fevereiro de 2025, a referida Comissões composta por Ricardo Alves, Maria Tereza Magalhães Moraes, Osvaldo West, Maria de Fátima Amorim, Nívea Maria Silva Silveira, Fabiana Lima Cavalcante Moreira, Maria de Lourdes Ribeiro e Silva e Fernanda Lima Novais Aguiar reuniram-se para elaborar o parecer das visitas realizadas na **FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA** que trataram da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º, 2º e 3º QUADRIMESTRE DE 2021 e Contas da COVID-19**, e que serviram para subsidiar o presente

8

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:*

- Officina
- Fernanda Lima Novais
- Deusdete
- NR
- Monoreia
- preu.
- 8



relatório. Após análise da documentação, a comissão apresenta para a apreciação dos demais  
conselheiros as seguintes constatações: 01. Toda a documentação do 1º, 2º e 3º quadrimestres  
de 2021 e Contas da COVID-19, que foi avaliada, encontrava-se catalogada, acompanhada de  
um espelho onde constavam número, data e valores dos lançamentos e que foram conferidos  
pela comissão. 02. Após verificação das documentações contábeis foi evidenciada a  
manutenção de várias irregularidades já anteriormente detectadas em pareceres de anos  
anteriores que passamos a descrever: A) A continuada prática já apontada em outras contas  
reprovadas desta FSVC, do pagamento de salários a vários colaboradores, cujos valores  
continuam a ultrapassar os valores máximos permitidos pela constituição, que é o valor recebido  
pela chefe do Poder Executivo, a Sra. Prefeita Municipal; B) A continuada prática já apontada  
em outras contas reprovadas desta FSVC, do uso da FSVC para contratação de todo o quadro  
de recursos humanos para atuarem na Clínica de Fisioterapia e na Clínica de Saúde Mental do  
município, tendo em vista que a FSVC se trata de **uma fundação para assistência materno  
infantil e Laboratório Central Municipal**, apontamento melhor descrito no item "O" deste  
parecer; C) A existência de pagamento de uma execução judicial no valor de R\$ 30.230,58  
referente ao processo nº 0000975-42.2018.5.05.0611 na TRT da 5ª Região, cujo autor foi o Sr.  
Joaquim Ferreira de Novaes. D) Pagamento de passagens aéreas de Vitória da Conquista para  
Salvador em favor da S S Viver Tour Viagens e Turismo LTDA, no valor de R\$ 1.804,58 e de R\$  
984,17 através de dispensa de licitação sem eu houvesse qualquer especificação da finalidade  
das viagens bem como dos servidores que viajaram, conforme NF 2021.000.00000482 e NF  
2022.00000000065. E) A realização de inúmeros contratos por meio de pessoa jurídica, de  
diversas empresas para pagamento de médicos para a realização de plantões obstétricos na  
FSVC; F) A existência de uma dívida contraída com a EMBASA, que resultou em um  
parcelamento em 60 meses, onde constavam parcelas no valor de R\$ 12.056,52 acrescidos de  
multas, somados aos valores do consumo do mês. G) A continuada prática já apontada em outras  
contas reprovadas desta FSVC, do pagamento de valor integral do salário previsto para o cargo  
em Comissão de Diretor Geral, tendo em vista que este se encontra cedido, com ônus para a  
municipalidade, e que além do valor integral do cargo em comissão continua recebendo  
concomitantemente os valores integrais do salário do seu órgão cedente de origem, a  
Universidade Federal da Bahia, recebendo inclusive, das duas fontes de pagamento, os valores  
referentes ao vale alimentação, e que se encontra melhor descrito no item "N" deste parecer; H)  
A continuada prática de pagamentos efetuados de dívidas acumuladas e que resultaram em  
parcelamentos de pagamentos referentes a Imposto de Renda e PIS dos anos anteriores; I) A  
continuada prática de pagamentos de inúmeras notas fiscais de fornecedores, cujos serviços  
foram prestados nos anos de 2018, 2019 e 2020 e cujos pagamentos só foram efetuados no ano  
de 2021. J) A evidencia da manutenção de contratação da colaboradora C.N.A.C. Para ocupar  
o cargo de enfermeiro, com valores de vencimentos salariais bastante diferentes dos salários  
praticados para os demais enfermeiros também contratados pela FSVC, ferindo assim o princípio  
da isonomia salarial entre uma mesma categoria. Em ofícios encaminhados para FSVC referente  
a prestação de contas de 2020, este fato já havia sido relatado e solicitado os esclarecimentos e  
o envio da escala de trabalho da referida colaboradora acompanhado do espelho de ponto  
eletrônico ou da folha de ponto que comprovasse o efetivo exercício e cumprimento da função e  
da carga horária contratada, entretanto não houve atendimento do quanto solicitado. K)  
Observou-se que nos 1º, 2º e 3º quadrimestres do ano de 2021, os valores destinados para  
**pagamento de salários e encargos ( custos com pagamento de pessoal )** comprometeu em



média de cerca de 72% a cada mês de todo o recurso disponibilizado pelo SUS para FSVC, apesar de já ter sido apontado e recomendado a sua diminuição por este CMS, visto que tais percentuais, comprometem sobremaneira o desenvolvimento das demais atividades da FSVC, a exemplo da aquisição de medicamentos, materiais de consumo, alimentação e demais despesas. Tal comprometimento continua sendo evidenciado claramente pelo pagamento com atraso de várias notas fiscais de produtos hospitalares e para uso laboratoriais, nutrição parenteral, gases, etc. também já apontados em pareceres de anos anteriores. Esta Comissão entende que o continuado uso desta prática já apontada em outras prestações de contas, compromete o fornecimento por parte dos fornecedores que se encontravam há vários meses sem receber os seus pagamentos. Neste sentido essa Comissão volta a recomendar **QUE ESSES LIMITES PRUDENCIAIS SEJAM RESPEITADOS A FIM DE NÃO COMPROMETEREM O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS ATIVIDADES DA FSVC E VOLTA A RECOMENDAR TAMBÉM QUE SEJA ENCAMINHADO PARA O TCM, PELO CMS, UMA SOLICITAÇÃO DE PARECER SOBRE O TEMA.** L) A comissão observou, ao analisar as folhas de pagamento, que continua existindo um descompasso severo entre os valores percebidos por profissionais de saúde de uma mesma função e especialidade (em especial, o profissional médico) com as mesmas cargas horárias apontadas nas escalas, bem como com uma grande diferença salarial a cada mês trabalhado. Além dos valores desproporcionais, tais salários continuam sendo bem superiores que os vencimentos do chefe do executivo municipal a Senhora Ana Sheila Lemos Andrade, o que fere o teto constitucional para os municípios. A Constituição trata do teto salarial do funcionalismo em dois momentos. No artigo 37, Inciso XI, o texto diz que **"a remuneração e o subsídio dos servidores públicos não podem nos municípios "exceder o subsídio mensal" do salário do prefeito.** Para não deixar qualquer dúvida de que a intenção é cortar qualquer subsídio que ultrapasse os limites do teto constitucional, a Constituição acrescenta no artigo 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadorias que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, **não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título**". M). Ao analisarmos as folhas de pagamento dos colaboradores da FSVC percebeu-se continuar a existir **a acumulação de vínculos com instituições públicas e privadas por diversos funcionários da referida FSVC.** Diante da permanência dessa situação já anteriormente apontada, o CMS volta a recomendar que a própria FSVC realize uma análise atual para identificar todos aqueles que continuam com **cargas horárias incompatíveis com o permitido para o exercício profissional e adéque todos esses vínculos ao que é preconizado para as acumulações em serviços públicos.** Ressalta-se que as declarações de vínculos são autodeclaráveis e de responsabilidade civil de cada um dos colaboradores que se obrigam a fornecê-las de forma transparente e verdadeira. N). Foi evidenciado ainda nas folhas de pagamento dos colaboradores da FSVC, que **continua a existir um termo formal de cessão de um funcionário público Federal do Ministério da Educação lotado no campus de UFBA de Vitória da Conquista para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, com ônus para esta última.** Tal servidor continua a receber **concomitantemente** os salários provenientes da sua função como servidor público do Ministério da Educação, como Assistente em Administração e os valores integrais do cargo em comissão que este ocupa na FSVC como Diretor Geral da FSVC. Ao analisarmos a documentação e a realização de um encontro de contas, essa comissão constatou que o servidor vem recebendo

*Alfianza*  
*Tandino*  
*Roberto*  
*Monica*  
*que*  
*pro*  
*ne*  
*7*  
*pro*  
*se*  
*cp*



mensalmente, desde janeiro de 2017 (época da sua cessão), os valores integrais do seu vínculo de origem com a Universidade Federal da Bahia, valor este que vem sendo restituído integralmente a cada mês pela PMVC para a UFBA/MEC, conforme acordado em termo de cessão. Além destes vencimentos, essa comissão constatou que o servidor continuou recebendo mensalmente, desde janeiro de 2017 (época da sua cessão), os valores integrais do Cargo exercido na FSVC inicialmente de Diretor Administrativo (CCII) de R\$ 9.777,68 (nove mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) e a partir de setembro de 2019, os valores integrais do cargo exercido como Diretor Geral da FSVC que em 2021 era de R\$ 10.844,00 (Dez mil oitocentos e quarenta e quarto reais). Vale ressaltar que a soma dos valores recebidos pelo servidor que ocupa um Cargo em Comissão, é de cerca de R\$ 17.000,00(dezessete mil trezentos reais), além de superior ao valor que a municipalidade remunera os detentores de cargos com a mesma tipificação, ultrapassa os valores percebidos por Secretários de Governo e Vereadores. Considerando que o servidor veio recebendo desde a data da sua cessão, os dois vencimentos (UFBA e FSVC), e independentemente da existência de sindicância interna realizada ou a ser realizada pelo Conselho Curador da referida Fundação, essa Comissão **RECOMENDA A IMEDIATA SUSPENSÃO DO VALOR QUE VEM SENDO PAGO A MAIOR QUE O VALOR CORRESPONDENTE AO CARGO A QUE O SERVIDOR FAZ JUS, E A IMEDIATA DEVOLUÇÃO PARA OS COFRES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DOS VALORES QUE VINHAM SENDO RECEBIDOS A MAIOR DESDE JANEIRO DE 2017 ATÉ A PRESENTE DATA COM AS DEVIDAS CORREÇÕES.** O). Observou-se que em todos os meses dos quadrimestres avaliados, encontram-se entre as receitas da FSVC um valor de R\$ 191.059,74 (cento e noventa e um mil cinquenta e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos) destinados ao Gerenciamento da Clínica de Fisioterapia e da Clínica de Saúde Mental. Tal situação já havia sido denunciada, desde de outubro de 2018, pela Vereadora Marcia Viviane Sampaio, para este CMS, e também para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas dos Municípios como "atos ilegais" na contratação de pessoal da Clínica de Reabilitação Física Dr. Sebastião Castro, praticados pelo Prefeito Herzem Gusmão. A essa comissão restou verificar a veracidade da situação denunciada e constatar que permanece exatamente igual à situação encontrada nos relatórios do 2º e 3º quadrimestres de 2018, dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2019, e dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2020, onde todos os salários dos trabalhadores contratados para exercerem funções na Clínica de Fisioterapia do Município e do Ambulatório de Saúde Mental continuam sendo efetivamente pagos pela FSVC. Ressalta-se que a Lei que cria a FSVC não permite nenhuma assistência que não seja voltada para a assistência materno-infantil ou do Laboratório Central de Vitória da Conquista. Ressalta-se ainda que já foi publicado um julgamento pelo TCM que reconhece ser esta, uma situação irregular e punindo inclusive o gestor municipal e o diretor geral da FSVC, à época, por tal prática. Esta comissão volta a submeter tal situação para apreciação e deliberação por todos os membros desse CMS, das medidas a serem tomadas a respeito deste tema. Cabe ressaltar como parte deste parecer, o recebimento por este Conselho de Saúde no decorrer do ano de 2021, de um Relatório de Auditoria de nº 4384 realizada pelo Sistema Nacional de Auditoria do SUS, na Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista (FPSVC), com o objetivo de avaliar a execução do Contrato de Gestão nº 141 2016 firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a FPSVC para gerenciamento do Hospital Municipal Esaú Matos (HMEM). Apesar de tratar-se de uma auditoria realizada no período

11

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Marcia Viviane Sampaio", "Herzem Gusmão", and others.



497 compreendido entre junho de 2018 e agosto de 2019, tendo o município e a Fundação sido  
498 notificados em 28 de agosto de 2019 a apresentarem as suas devidas justificativas para as não  
499 conformidades apontadas, infelizmente não houve manifestação tempestiva referente à  
500 notificação, por parte da Fundação e da SMS. Ressalta-se que apenas em 2021 o CMS tomou  
501 conhecimento do Relatório de Auditoria, momento em que, a sua Comissão de Saúde  
502 acompanhada da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores realizaram uma visita à FPSVC  
503 e uma reunião ampliada com a Direção da FPSVC, o Conselho Curador da FPSVC e a SMS em  
504 16/09/2021, para verificar se as não conformidades apontadas no Relatório de Auditoria já  
505 haviam sido sanadas. Infelizmente, a maioria das não conformidades apontadas pelo relatório  
506 ainda se faziam presentes ou em vias de serem resolvidas, mesmo passados 02 anos da  
507 realização da auditoria, conforme prova as justificativas enviadas a este conselho pela FPSVC  
508 em 23/09/2021, em anexo a este parecer. Parte do relatório encontra-se descrito abaixo para  
509 ciência de todos os conselheiros incluindo a lista de não conformidades encontradas pela  
510 auditoria e a lista de não conformidades para as quais não foram apresentadas justificativas: "De  
511 acordo com o relatório de auditoria apresentado, as ações que asseguram as boas práticas de  
512 funcionamento dos serviços de saúde estão parcialmente implementadas na unidade,  
513 comprometendo a qualidade e a segurança da assistência à saúde prestada ao usuário, na  
514 medida em que foram observadas inadequações diversas na estrutura física predial e  
515 equipamentos do HMEM, inclusive relacionadas ao quantitativo insuficiente de equipamentos e  
516 ao não cumprimento de requisitos de humanização da Unidade Neonatal; ausência de licença  
517 sanitária atualizada; funcionamento incipiente da Comissão de Revisão de Prontuários, da  
518 Comissão de Óbito, do Núcleo de Vigilância Epidemiológica e do Comitê de Mortalidade Materna  
519 e Neonatal; inexistência das Comissões de Ética Médica e de Enfermagem; Funcionamento  
520 incipiente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); inadequações no processo  
521 de elaboração e instituição dos manuais de normas e rotinas; ausência de certificado atualizado  
522 de limpeza dos reservatórios de água e inadequações no manejo dos resíduos sólidos dos  
523 serviços de saúde. Verificou-se ainda ausência de identificação do conjunto dos pacientes do  
524 HMEM e inadequações nos Registros em prontuários, inclusive contrariando recomendações  
525 das Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento da Organização Mundial de Saúde, quanto  
526 ao monitoramento cuidadoso do progresso do parto, por meio do uso do partograma. Em relação  
527 ao quadro de recursos humanos, verificou-se que a FPSVC contrata funcionários sem a  
528 realização de concurso público, descumprindo a sua Lei de Criação e a Constituição Federal e  
529 não tem implantado seu plano de cargos, carreiras e salários - PCCS, conforme estabelece seu  
530 Estatuto. Ademais, o HMEM não possui o quadro de profissionais médicos com a qualificação  
531 necessária para os serviços oferecidos/habilitados, tanto para o bloco obstétrico quanto neonatal.  
532 Verificou-se, também, o dimensionamento inadequado dos profissionais de enfermagem,  
533 fisioterapia e higienização do bloco neonatal e a impossibilidade de comprovação da existência  
534 de todos os profissionais de saúde necessários ao bloco obstétrico. A inobservância a legislação  
535 pode acarretar a perda das habilitações da unidade em Gestação de Alto Risco e UTI Neonatal  
536 tipo II. Por sua vez, a qualificação inadequada dos profissionais médicos dificulta a implantação  
537 de estratégias de cuidado do paciente, elevando o risco de surgimento de eventos iatrogênicos,  
538 comprometendo a segurança e a qualidade da assistência prestada. Em relação as obrigações  
539 trabalhistas, verificou-se irregularidades relacionadas ao recolhimento de tributos, desde janeiro  
540 de 2018, considerando que ao descontar recursos dos salários de seus funcionários a título de  
541 IRRF, a FPSVC não os recolhe a Receita Federal, verificou-se, também que os descontos e

*Handwritten signatures and notes:*  
- "A. S. Lima" (top left)  
- "Comissão de Saúde" (middle left)  
- "M. Moreira" (middle)  
- "J. S. Pereira" (bottom right)  
- "18" (bottom center)  
- "J. S. Pereira" (bottom right, repeated)  
- "J. S. Pereira" (bottom right, repeated)



542 recolhimentos do FGTS, INSS, IRRF e PIS são realizados a menor, já que concede o vale  
543 alimentação em dinheiro e não o considera na base de cálculo desses impostos e contribuições.  
544 Verificou-se também insuficiência nos instrumentos de planejamento e controles administrativos  
545 e financeiros instituídos na unidade pelo controle ineficiente de estoque de medicamentos, que  
546 compromete a confiabilidade da movimentação do estoque necessária para subsidiar as  
547 aquisições, evitando desabastecimento e perdas/desperdícios. O contrato de fornecimento de  
548 alimentação e omissão em relação as despesas de utilização da água potável, energia elétrica e  
549 gás canalizado, decorrentes da execução do serviço prestado, onerando a FPSVC, como  
550 também há falhas no controle, visto que a quantidade de refeições mensais fornecidas aos  
551 servidores do HMEM está acima da quantidade prevista no Contrato nº 0102/2017. A situação  
552 exposta indica fragilidade no planejamento e programação do quantitativo de refeições para a  
553 unidade hospitalar. Verificou-se ainda que o Contrato de Gestão nº 141 /2016, firmado entre o  
554 Município de Vitória da Conquista e a Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista, não  
555 atendeu as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS, especialmente as  
556 regras de repasse financeiro, constantes da Portaria MS/GM nº 3410/2013 que estava em vigor  
557 a época em que esse instrumento foi celebrado. Além disso, o contrato em questão contém  
558 inadequações, superposições e redundâncias em suas cláusulas que regulam as ações  
559 fiscalizadoras. Como agravante, não foram elaborados os planos operativos anuais de  
560 2017/2018 e 2018/2019, que o contrato impõe. A não elaboração do POA, entre outras  
561 limitações, impede que a SMS realize o adequado monitoramento e avaliação do contrato e  
562 possa ajustar o perfil da unidade as necessidades da população. Por fim, verificou-se que a SMS  
563 de Vitória da Conquista não desenvolveu ações de controle e avaliação, já que a Comissão de  
564 Acompanhamento e Avaliação, que tem por atribuições medir e acompanhar os custos do  
565 contrato, o cumprimento das metas estabelecidas no plano operativo e realizar a avaliação da  
566 qualidade da atenção à saúde prestada aos usuários, não foi instituída conforme contrato e não  
567 foram apresentados os relatórios das atividades desenvolvidas nos períodos previstos em  
568 contrato (mensal, trimestral e semestral). Também descumpriu a lei federal nº 141/2012 ao  
569 repassar recursos municipais para a FPSVC além do valor previsto, no total de R\$633.766,53  
570 (seiscentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos)  
571 mensais, sem que o CMS tenha autorizado. Devido as não conformidades identificadas, e  
572 garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa, foi dado conhecimento do Relatório de  
573 Auditoria aos seguintes Órgãos: Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Pública de Saúde  
574 de Vitória da Conquista". O referido relatório informa ainda que não foram apresentadas as  
575 justificativas para as seguintes constatações: "Ausência de licença sanitária atualizada;  
576 Inadequações na estrutura física do HMEM; Inadequações relacionadas ao quantitativo de  
577 equipamentos e a requisitos de humanização da Unidade Neonatal; O HMEM não possui  
578 regimento interno; Ausência de comprovação do registro de responsabilidade técnica (RT) pelo  
579 Serviço de Farmácia Hospitalar; Ausência de comprovação do registro de responsabilidade  
580 técnica pelo Serviço de Nutrição; Ausência de comprovação do registro atualizado de  
581 responsabilidade técnica pelo Laboratório Central; Funcionamento incipiente da Comissão de  
582 Revisão de Prontuários; Funcionamento incipiente de outras Comissões Hospitalares;  
583 Inexistência das Comissões de Ética Profissional; Funcionamento incipiente da Comissão Interna  
584 de Prevenção de Acidentes (CIPA); Funcionamento não conforme do Comitê de Mortalidade  
585 Materna; Funcionamento não conforme do Comitê de Mortalidade Neonatal; Ausência de  
586 identificação do conjunto dos pacientes do HMEM; Ausência de certificado atualizado de limpeza



dos tanques; Inadequações no manejo dos Resíduos Sólidos de Saúde do HMEM; Inadequações no processo de elaboração e instituição dos manuais de normas e rotinas; Não comprovação do acompanhamento da Saúde Ocupacional dos trabalhadores do HMEM; Inadequações nos registros em prontuários; Laudos de AIH desatualizados; Relatório de alta inexistente na maioria dos prontuários analisados; O HMEM não comprovou possuir o quadro de profissionais médicos com a qualificação necessária para os serviços oferecidos/habilitados; A FPSVC contrata funcionários sem a realização de concurso público, descumprindo a sua Lei de Criação e a Constituição Federal; Dimensionamento inadequado dos profissionais médicos do bloco neonatal do HMEM/FSVC; A FPSVC não tem implantado seu plano de cargos, carreiras e salários - PCCS, conforme estabelece seu Estatuto; Dimensionamento inadequado dos profissionais de enfermagem do bloco neonatal do HMEM/FSVC; Dimensionamento inadequado dos profissionais fisioterapeutas do bloco neonatal do HMEM/FSVC; Dimensionamento inadequado dos profissionais de higienização do bloco neonatal do HMEM/FSVC; Impossibilidade de comprovação do conjunto dos profissionais necessários ao bloco obstétrico; Controle ineficiente de estoque de medicamentos; O contrato celebrado para fornecimento de alimentação e omissão em relação as despesas de utilização da água potável, energia elétrica e gás canalizado; Quantidade total de refeições mensais fornecidas aos servidores do HMEM acima da quantidade prevista no Contrato nº 02/2017; Descontos e recolhimentos do FGTS, INSS, IRRF e PIS são realizados a menor; A FPSVC efetua os descontos do IRRF nos salários dos seus funcionários, mas não recolhe a Receita Federal; Não comprovação do efetivo funcionamento da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato; Os planos operativos anuais do período 2017/2018 e 2018/2019 do Contrato nº141/2016 não foram elaborados; Contrato de Gestão nº 9141/2016 apresenta cláusulas com inadequações, superposições e redundâncias; O Contrato nº141/2016 não especifica a origem do conjunto dos recursos financeiros programados, nem estabelece o total das metas quantitativas e qualitativas. O Contrato nº 141/2016 não especifica a origem do conjunto dos recursos financeiros programados, nem estabelece o total das metas quantitativas e qualitativas; A unidade não alcançou a totalidade das metas de internação hospitalar no ano 2017; A unidade não alcançou a totalidade das metas quantitativas ambulatoriais no ano 2017; A unidade não alcançou a totalidade das metas qualitativas hospitalares no ano 2017; SMS de Vitória da Conquista remunera o contrato nº 141/2016 além dos valores previstos, com recursos municipal, mas sem dispor da autorização do CMS. Diante do exposto, esta Diretoria encaminha o Relatório Final e o presente Despacho para consideração do Exmo. Senhor Secretário, de Saúde do Estado da Bahia com as seguintes sugestões de encaminhamentos: Dar conhecimento do Relatório Final e presente Despacho a: a) Secretaria Municipal da Saúde de Vitória da Conquista; b) Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista; c) Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista; d) Ministério Público do Estado da Bahia/CESAU-Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde, com ênfase nas constatações nº 538619, 538620, 538621 e 538623; e) Superintendência de Atenção Integral à Saúde - SAIS/Grupo Condutor da Rede Cegonha".

**CONCLUSÃO:** Diante de tudo quanto exposto, essa comissão em nome da transparência e responsabilidade, recomenda submeter aos demais conselheiros, o presente parecer para que seja discutido e votado em plenária e deliberado pela aprovação, pela aprovação com ressalvas ou pela reprovação das contas da FSVC referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2021 e Contas da COVID-19. A Presidente Maria Tereza acrescentou que, como mencionou são muitos parecidos, com a agravante da auditoria que aconteceu em 2021 e que mesmo se



632 tratando de 2021 esse Conselho de Saúde precisa deixar registrado na história, que tudo quanto  
633 já havia sido reprovado nesse Conselho de Saúde estava constando no relatório de auditoria. O  
634 Conselheiro Herberson Souza informou que havia encaminhado a esse Conselho de Saúde uma  
635 proposta para fazer uma discussão mais técnica sobre a Fundação de Saúde a partir do conselho  
636 de governança corporativa, Compliance e Alta Administração que são duas normas ISSO nº  
637 37301:2021 que é o que tem de mais atual de gestão de todas as organizações de grandes  
638 corporações que deram conta de resolver esses gargalos, ressaltou ainda que a Fundação de  
639 Saúde nomeou pessoas incompetentes para gerir o hospital, pessoas que podem até ter  
640 formação na área, mas que não tem experiência e pessoas que se quer pôde atender um parecer  
641 e, mesmo que as avaliações desse Conselho de Saúde nunca foram respeitadas, que pelo  
642 menos a posição do Ministério da Saúde, mediante auditoria, fosse observada, que é o órgão  
643 que tem a responsabilidade de cindir esses vínculos, no entanto continuou com a petulância e  
644 com a irresponsabilidade de tocar uma gestão que é essencial para a população, até porque com  
645 esse tipo de ação quem mais sofre é a população periférica e isso acontece porque o governo  
646 municipal preferiu apostar na lógica da politicagem na gestão e os dados técnicos estão aí  
647 comprovando e finalizou informando que está terminando sua gestão de dois mandatos com a  
648 sensação que todo recurso público que foi para o ralo por incompetência deve ter um responsável  
649 e quem coloca seu CPF para concorrer a eleição é corresponsável, portanto Sr. Herzem Gusmão  
650 e a Sra. Sheila Lemos são corresponsáveis por tudo isso, porque para nomear um cargo de  
651 confiança tem que observar a competência técnica do contratado, nesse sentido recomendou  
652 que siga na mesma votação pela reprovação das contas. O Conselheiro Ricardo Oliveira  
653 informou que não irá votar pelo mesmo motivo, mas ressaltou que, se todos os apontamentos  
654 estivessem acontecendo de fato a Fundação de Saúde já teria fechado suas portas e que  
655 observou que de fato é um desafio fazer gestão pública, porém sua nora está fazendo o pré natal  
656 na Fundação de Saúde com excelência e a Fundação de Saúde ainda resiste, quando que nas  
657 gestões anteriores fecharam as portas de todas as maternidades do município a exemplo do São  
658 Geraldo e Santa Casa, e que concorda com a Conselheira Maria de Lourdes quando fala de  
659 colocar o seu nome nas votações, porque uma coisa é o que está no parecer outra coisa é o que  
660 está posto na sociedade conquistense em relação ao atendimento da Fundação de Saúde que  
661 continua atendendo e aumentando cada vez mais sua demanda, diferente de 2014 que quase  
662 perdeu amigas no momento do parto com uma gestão horrorosa do Padre Edilberto e se for  
663 comparar algumas coisas não pode falar de competência e que acredita muito no trabalho da  
664 atual gestora Sra. Ceres Neide e acredita que ela irá ajustar as coisas e que não irá votar, até  
665 porque em 2019 quando representava os usuários foi expulso da Fundação de Saúde pelo então  
666 diretor. A Presidente Maria Tereza questionou se todos estão esclarecidos, após afirmação que  
667 sim, informou que o parecer está no processo de aprovação, aprovação com ressalvas e  
668 reprovação, em seguida colocou em votação o Parecer das contas da Fundação de Saúde de  
669 Vitória da Conquista, referente ao 1º, 2º e 3º quadridente das contas e das Contas COVID-19 de  
670 2021, o mesmo foi **apreciado votado e reprovado por 13 votos um voto pela aprovação com**  
671 **ressalvas**, duas abstenções das Conselheiras Fernanda Maron e Lorena Silveira e uma  
672 declaração de impedimento do Conselheiro Ricardo Oliveira. A Presidente Maria Tereza deu  
673 continuidade, lendo o parecer do Fundo Municipal de Saúde: **INSTITUIÇÃO VISITADA E**  
674 **ANALISADA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. COMISSÃO DE FINANÇAS E SAÚDE:** Ana  
675 Tibúrcio dos Santos Souza, Carol Garcez, Élio Santos Sobrinho, Fabiana Lima Cavalcante  
676 Moreira, Fernanda Lima Novais Aguiar, Gilvan Fernandes Pereira, Hélio Pereira dos Santos,



677 Maria de Fátima Amorim dos Santos, Maria de Lourdes Ribeiro e Silva, Maria Tereza Magalhães  
678 Moraes, Nívea Maria Silva Silveira, Osvaldo West Filho, Ricardo Alves de Oliveira e Suzana  
679 Cristina Silva Ribeiro. **RELATÓRIO:** A Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Saúde  
680 do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, contando também com o auxílio da sua  
681 Comissão de Saúde, por meio dos seus membros acima citados, realizou visita à sede da  
682 Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista nos dias 14/01/2021, 29/01/2021,  
683 04/02/2021, 12/02/2021, 23/03/2021, 23/04/2021, 05/05/2021, 18/01/2024, 22/02/2024,  
684 23/02/2024, para análise dos documentos fiscais apresentados pela entidade, referentes a  
685 prestações de conta dos 1º, 2º e 3º quadrimestre do ano de 2020 e das Contas da COVID -19  
686 do Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Em 11 de abril de 2024 em 14/02/2025,  
687 os membros atuais das referidas comissões e que abaixo assinam este documento, voltaram a  
688 se reunir para a elaboração do presente parecer que neste momento será apresentado para  
689 apreciação dos demais conselheiros, com as seguintes constatações: 01. Todas as  
690 documentações do 1o, 2o e 3o quadrimestres de 2020 e Contas da COVID-19 que foram  
691 avaliadas, encontravam-se catalogadas, acompanhadas de um espelho onde constavam  
692 número, data e valores dos lançamentos e que foram conferidos pela comissão. 02. Observou-  
693 se durante o ano de 2020, o pagamento de locação de automóvel modelo VAN para servir às  
694 demandas do Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Este Conselho em nenhum  
695 momento durante o ano de 2020 possuiu qualquer automóvel à sua disposição, assim como em  
696 nenhum momento atestou a prestação deste serviço, quer seja por sua presidência ou por  
697 qualquer outro membro do Controle Social. Os serviços foram atestados por servidores do setor  
698 de transportes da gestão municipal. Ressalta-se que sempre existiu uma grande dificuldade para  
699 que este conselho conseguisse ter a sua disposição, ainda que eventualmente, um carro para  
700 ser utilizado nas demandas do próprio conselho. Ademais, durante praticamente todo o ano de  
701 2020, o município encontrava-se em pandemia, os conselhos locais de saúde encontravam-se  
702 desativados e, portanto, sequer teríamos motivos para uso de carro a disposição do Conselho  
703 de Saúde. O Conselheiro Ricardo Oliveira deixou claro que o carro foi contratado para o  
704 Conselho de Saúde, porém por conta da pandemia não teria utilização, dessa forma foi cedido  
705 para atender outro setor da saúde, para não ficar parecendo que contratou um carro fantasma.  
706 A Presidente Maria Tereza informou que está lendo o descritivo da contratação e que esse carro  
707 não existiu para o Conselho de Saúde e que o Conselheiro Ricardo Oliveira é testemunha das  
708 dificuldades que esse Conselho de Saúde tem em relação a transporte, dando continuidade leu:  
709 03. Observou-se a existência de inúmeros recibos de pagamentos realizados pelo Fundo  
710 Municipal de Saúde que se encontravam sem assinatura dos beneficiários. Ex. Imobiliária  
711 Patrimonial referente ao aluguel do imóvel Regis Pacheco. 04. Foi encontrado um excessivo  
712 número de contratos de estágios, dentro da Secretaria de Saúde do município, deixando  
713 evidenciado que o preenchimento de postos de trabalhos e mão de obra necessária para os  
714 serviços da Secretaria de Saúde estavam sendo realizados na maioria dos setores, por  
715 estagiários. 05. Observou-se a existência de um elevado número de contratação de profissionais  
716 médicos, como prestadores de serviços, cujos valores salariais diferiam excessivamente dos  
717 valores pagos para os médicos concursados com uma mesma carga horária e uma mesma  
718 função, tendo alguns destes contratos inclusive sendo propostos com um valor referente a  
719 ampliações de cargas horárias, fazendo com que os valores finais ficassem exorbitantemente  
720 altos e diferentes dos salários percebidos pelos médicos concursados do município, ferindo  
721 assim o princípio da isonomia salarial previsto no Direto do Trabalho. 06. Foi identificada nas

*Handwritten signatures and initials:*  
- Maria Tereza (President)  
- Ricardo Oliveira  
- Nívea Maria Silva Silveira  
- Osvaldo West Filho  
- Suzana Cristina Silva Ribeiro  
- Maria de Fátima Amorim dos Santos  
- Maria de Lourdes Ribeiro e Silva  
- Maria Tereza Magalhães Moraes  
- Nívea Maria Silva Silveira  
- Osvaldo West Filho  
- Ricardo Alves de Oliveira  
- Suzana Cristina Silva Ribeiro



folhas de pagamento da Secretaria de Saúde do município, a presença de um servidor efetivo por concurso público, de iniciais GCDSN, que não mais se encontrava prestando serviço em qualquer órgão do município, mas que continuava na folha de pagamento da Secretaria Municipal de Saúde. Foram solicitadas as explicações para o setor pessoal da SMS do motivo pelo qual, apesar de verificada a ocorrência de faltas durante vários meses desde 2018, o referido servidor ainda se encontrava em folha de pagamento e sem a instauração de um processo administrativo para apurar tais irregularidades, entretanto não nos foi apresentado as justificativas. 07. Foi identificado o empenho, liquidação e pagamento, referente ao aluguel de um imóvel para funcionamento da Diretoria da Atenção Básica, situado na Rua Lions Clube nº 25, e que na verdade, refere-se ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e Traumatologia, conforme 1º aditivo ao Contrato no 084/2017, custeado com recurso do Fundo Municipal de Saúde – ATENÇÃO BÁSICA. Também foi identificado o empenho e pagamento, de outro contrato de aluguel no mesmo endereço na Rua Lions Clube, cujo descritivo é para funcionamento da sede da Secretaria Municipal de Saúde, em favor também da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e Traumatologia, conforme Contrato no 083/2017, custeado com recurso da SMS FONTE 14, transferência federal do SUS. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de dois aluguéis para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da Atenção Básica para a finalidade que está relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. 08. Foi identificado o empenho, liquidação e pagamento referente a 02 aluguéis de um imóvel para funcionamento da Diretoria da Vigilância Epidemiológica, Vigilância Nutricional, Assistência Farmacêutica, Imunizações e Centro de Endemias, também situado na Rua Lions Clube nº 25, e que na verdade refere-se também ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor da pessoa física Renê Robles Martins de Matos, custeado com recurso do Fundo Municipal de Saúde – VISA. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de mais um aluguel para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da VISA para tal finalidade que está relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. Evidenciam-se mais uma vez, que existem três contratos ativos com pagamentos para um mesmo espaço/imóvel sendo dois para uma mesma pessoa jurídica e o terceiro contrato para uma pessoa física. Ademais, observou-se um considerado atraso no pagamento do referido Contrato, não justificando a ocorrência do atraso nos pagamentos dos aluguéis dos imóveis locados. 09. Foi identificada a contratação de Pessoa Jurídica MEDVIC – Serviços Médico por dispensa de licitação nº 000122/2020 para o Centro de COVID no valor de R\$ 8.000,00, por dispensa de licitação, cuja finalidade do serviço prestado era "atestar os óbitos de pessoas acometidas de COVID 19". As legislações que tratam da emissão de declaração de óbito ocorrido em situações diversas, não preveem a contratação de serviços privados para esta finalidade. 10. Foi evidenciada a transferência financeira do Fundo Municipal de Saúde para a Fundação de Saúde de Vitória da Conquista referente ao pagamento da Clínica de Fisioterapia e do Ambulatório de Psiquiatria. Tal situação configura-se como uma ilegalidade tendo em vista que a FSVC não possui em seu escopo de serviços a serem prestados e sua finalidade tais serviços. Observou-se que em todos os meses dos quadrimestres avaliados, encontram-se entre as despesas do FMS um valor de R\$ 191.059,74 (cento e noventa e um mil cinquenta e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos) destinados ao Gerenciamento da Clínica de Fisioterapia e da Clínica de Saúde Mental. Tal situação já havia sido denunciada, em outubro de 2018, pela Vereadora Marcia Viviane Sampaio, para este CMS, e também para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas







que foram usados artifícios para que a empresa vencedora, com sede em Salvador/BA, tivesse êxito nos dois certames, mesmo com propostas superfaturadas. Para tanto, propostas com valores menores para aquisição de testes pelo método de imunocromatografia foram alijadas das dispensas realizadas, sob o argumento de que não atendiam à metodologia pretendida. Assim, a Secretaria de Saúde pode adquirir testes rápidos por imunoensaio fluorescente fornecidos pela empresa investigada com sede em Salvador, os quais eram importados de uma segunda empresa com sede em Belo Horizonte/MG. Essa segunda empresa tinha como sócia, na época, pessoa com parentesco próximo à então Diretora de Vigilância em Saúde municipal de Vitória da Conquista/BA. Os trabalhos conjuntos revelaram, por fim, que o braço financeiro da Organização Criminosa estava homiziado na cidade de Salvador/BA, local onde os recursos públicos transitaram por sócios ocultos e pessoas estranhas à empresa licitante vencedora. Além dos mandados judiciais, foi determinado também o bloqueio judicial no importe de R\$ 2 milhões e trinta mil reais das contas e bens dos principais investigados, além da apreensão de objetos de grande valor. Os delitos apurados na operação são organização criminosa, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e destruição de documento público, cujas penas máximas podem somar mais de 40 anos de prisão. As medidas cautelares impostas foram: proibição de contato entre os investigados; proibição de adentrar à sede da Secretaria de Saúde; proibição de contratar com o Poder Público; afastamento das funções públicas; dentre outras". Cabe ressaltar neste parecer, o importante papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) neste episódio. Inicialmente o CMS, durante a 11ª Reunião Ordinária do ano de 2020 ocorrida em 11/11/2020, solicitou da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) os devidos esclarecimentos acerca da aquisição de testes de COVID por valores exorbitantemente mais altos que os valores praticados pelo mercado e por municípios da região, inclusive para compras bem menores, cujos rumores de superfaturamento estavam sendo veiculados pela imprensa local. Diante da inconsistência das informações prestadas pela SMS, durante a 11ª Reunião Extraordinária, a então presidente do Conselho, Sra. Lucia Maria de Sousa Dantas Dória, acompanhada por uma comissão formada por um usuário, (Sr. Ricardo Alves de Oliveira), uma trabalhadora de saúde (Sra. Maria Tereza Magalhães Moraes) e uma gestora/prestadora (Sra. Suzana Cristina Silva Ribeiro) realizou uma visita ao Almoxarifado da SMS no dia 12/11/2020, (dia seguinte ao da referida reunião), para verificar o quantitativo de testes adquiridos e já recebidos pela Secretaria de Saúde e os valores pagos. Após esta visita, ficou confirmado para a comissão, que as informações prestadas pela SMS não correspondiam com o quantitativo de testes encontrados no Almoxarifado. Tudo o que foi verificado pela Comissão durante a visita, foi relatado na 18ª Reunião Extraordinária realizada no dia 17/11/2020, tendo em vista que a SMS voltou a prestar informações inconsistentes sobre as compras dos testes, tanto no quantitativo de testes adquiridos, quanto nas metodologias utilizadas e valores pagos por testes. Diante das inconsistências das informações, ficou deliberado pela plenária do CMS que todas aquelas compras e pagamentos cujos valores estavam exorbitantemente altos e diferindo dos preços praticados no mercado, fossem imediatamente suspensas. Apesar de a SMS ignorar tal deliberação do CMS e prosseguir com as compras e pagamentos de testes, o que acabou resultando na operação DROPOUT, fica aqui demonstrado o zelo, o compromisso e a seriedade deste espaço de participação popular e de controle social bem como dos seus membros que antecipadamente buscaram evidenciar a existência de indícios de irregularidades nas aquisições dos testes. **CONCLUSÃO:** Diante de tudo quanto exposto, essa comissão em nome da transparência e responsabilidade, recomenda submeter aos demais conselheiros o presente



857 parecer para que seja discutido e votado em plenária pela aprovação, aprovação com ressalvas  
858 ou reprovação das contas do FMS referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de  
859 2020 e das Contas da COVID -19. Vitória da Conquista, 10 de março de 2025. O Diretor  
860 Financeiro, Sr. Edinael Pardim agradeceu todo o esforço que esse Conselho de Saúde tem feito  
861 para acompanhar todas as contas e principalmente essas votações que, mesmo que tardia,  
862 entende a necessidade de fazer essas análises e que entende também que esse atraso se deu  
863 por conta de vários fatores, relatou ainda que esse atraso gerou transtorno no sentido de acúmulo  
864 de papel, mas todos esses documentos estão digitalizados, falou ainda que alguns  
865 apontamentos são importantes até para apoiar a gestão no sentido de controle mesmo das  
866 contas, porque tendo uma equipe para monitorar e acompanhar é sempre válido, até para  
867 resguardar os interesses dos usuários, porque o setor público é feito para a população e é o  
868 setor público que precisa ser controlado e avaliado e agradeceu mais uma vez o esforço e quanto  
869 aos apontamentos citados questionou como ele poderá responder a Comissão de Finanças e  
870 Saúde. A Presidente Maria Tereza informou que se sente lisonjeada com a fala do Sr. Edinael  
871 Pardim, porque de fato foi um esforço muito grande por parte das comissões e que bom que a  
872 gestão reconhece isso e ainda melhor é o clima muito diferente do clima que sempre existiu nos  
873 momentos das prestações de contas como se fosse um palco de guerra, onde a gestão não  
874 reconhecia suas fragilidades e não reconhecia o papel do Conselho de Saúde que é o papel  
875 fiscalizador e de fazer o controle e lembrou-se que em meio aos fatores que fizeram com que os  
876 trabalhos atrasassem o mais agravante foi o falecimento da então Presidente, Lúcia Maria Dória.  
877 A Conselheira Maria Helena informou que ficou perplexa com esse relatório, porque sempre  
878 acompanhou pacientes na Fundação de Saúde e sempre que vai está cheio e com atendimento  
879 e que conhece muitos profissionais de excelência que trabalham na instituição e com um  
880 excelente atendimento. O Conselheiro Ricardo Oliveira informou que se sente impedido de votar,  
881 porque a época dos fatos era Conselheiro Usuário e hoje não está mais nessa condição, sendo  
882 hoje representante da gestão, ressaltou ainda que sente orgulho de ter participado de todo esse  
883 processo, até porque se trata de um local sério e composto por pessoas competentes, na  
884 oportunidade solicitou que a Comissão de Finanças e Saúde reavalie o trecho que adentra a  
885 operação DROPOUT, porque é uma questão que ainda está sob juízo e não tem um  
886 posicionamento de quem é culpado ou não e porque ficou um texto muito pesado, visto que o  
887 parecer não debruçou sobre esse assunto. A Presidente Maria Tereza ponderou que no parecer,  
888 chamou bastante atenção ao trecho que se refere a operação DROPOUT, que foi colocado o  
889 que saiu oficialmente pela comunicação social, oficial da Polícia Federal da Bahia no dia 24 de  
890 abril de 2024 as 09:00 horas e que da Comissão de Finanças só consta a descrição da compra  
891 dos testes e a informação de que a Comissão foi ao almoxarifado, ou seja, o que está pesado,  
892 segundo o Conselheiro Ricardo Oliveira, não é fala da Comissão e sim da própria controladoria.  
893 O Conselheiro Ricardo Oliveira questionou se, mesmo assim, caberia no parecer. A Presidente  
894 Maria Tereza informou que trouxe esse trecho para justificar a colocação dessa temática como  
895 ponto da COVID-19, porque foi a partir do desdobramento daqui de dentro desse Conselho de  
896 Saúde que achou que existia indícios de irregularidades, e que esse texto nada tem a ver com  
897 julgamentos e o que consta como fala da Comissão de Finanças é a informação de que foi pedido  
898 explicação, porque houve falas de que estava havendo compras superfaturadas, do porque a  
899 Comissão de Finanças não encontrou, no almoxarifado, o número de testes que havia sido dito  
900 que foi comprado e que o Conselheiro Ricardo Oliveira fazia parte da Comissão na época e  
901 estava presente nessa visita e a justificando de que o Conselho de Saúde teve o zelo, o

*Handwritten signatures and notes at the bottom of the page:*  
- Affiana  
- Lino  
- Q. Mont  
- Theresia  
- J. J. J.  
- J. J. J.  
- J. J. J.  
- J. J. J.







947 referentes a prestações de conta dos 1º, 2º e 3º quadrimestre do ano de 2021 E Contas da  
948 COVID-19 do Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Em 11 de abril de 2024 e em  
949 14/02/2025, os membros atuais das referidas comissões e que abaixo assinam este documento,  
950 voltaram a se reunir para a elaboração do presente parecer que neste momento será  
951 apresentado para apreciação dos demais conselheiros, com as seguintes constatações: 01.  
952 Todas as documentações do 1o, 2o e 3o quadrimestres de 2021 que foram avaliadas,  
953 encontravam-se catalogadas, acompanhadas de um espelho onde constavam número, data e  
954 valores dos lançamentos e que foram conferidos pela comissão. 02. Observou-se a existência  
955 de inúmeros recibos de pagamentos realizados pelo Fundo Municipal de Saúde que se  
956 encontravam sem as assinaturas dos beneficiários, pratica essa já apontada anteriormente e que  
957 necessita ser sanada. 03. Observou-se durante o ano de 2021, que o município prosseguiu com  
958 o pagamento de locação de automóvel modelo VAN para servir às demandas do Conselho  
959 Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Este Conselho em nenhum momento durante o ano  
960 de 2021 possuiu qualquer automóvel à sua disposição, assim como em nenhum momento  
961 atestou a prestação deste serviço, quer seja por sua presidência ou por qualquer outro membro  
962 do Controle Social. Os serviços foram atestados por servidores do setor de transportes da gestão  
963 municipal. Ressalta-se que sempre existiu uma grande dificuldade para que este conselho  
964 conseguisse ter a sua disposição, ainda que eventualmente, um carro para ser utilizado nas  
965 demandas do próprio conselho. Ademais, durante praticamente todo o ano de 2021, o município  
966 encontrava-se em pandemia, os conselhos locais de saúde encontravam-se desativados e,  
967 portanto, sequer teríamos motivos para uso de carro a disposição do Conselho de Saúde. 04.  
968 Foi encontrado um excessivo número de contratos de estágios, dentro da Secretaria de Saúde  
969 do município, deixando evidenciado que o preenchimento de postos de trabalhos e mão de obra  
970 necessária para os serviços da Secretaria de Saúde estavam sendo realizados na maioria dos  
971 setores, por estagiários. Tal situação já foi apontada em parecer de ano anterior. O contrato de  
972 estágio é visto como uma prática de se utilizar o estagiário como mão de obra barata,  
973 deturpando muitas vezes a verdadeira finalidade do estágio, para não recolher os impostos  
974 devidos, inclusive para não pagar o salário base de cada modalidade profissional. 05. Foi  
975 identificado o pagamento de programas de Comunicação em Saúde, especificamente para a  
976 Rádio Clube, por meio da empresa W4 Comunicação e Marketing, durante a pandemia, cujo teor  
977 das propagandas veiculadas e pagas, evidenciava pública e notoriamente o claro confronto ético  
978 com as diretrizes científicas de prevenção e controle da COVID-19. A Presidente Maria Tereza  
979 registrou que foi utilizado dinheiro das contas da COVID-19 para pagar uma rádio em Vitória da  
980 Conquista, para falar mal do Conselho de Saúde e fazer propaganda anti-ciência. 06. Observou-  
981 se a existência de um elevado número de contratação de profissionais médicos, como  
982 prestadores de serviços, cujos valores salariais diferiam excessivamente dos valores pagos para  
983 os médicos concursados com uma mesma carga horária e função, tendo alguns destes contratos  
984 inclusive sendo propostos com um valor referente a ampliações de cargas horárias, fazendo com  
985 que os valores finais ficassem exorbitantemente altos e diferentes dos salários percebidos pelos  
986 médicos concursados do município ferindo assim o princípio da isonomia salarial previsto no  
987 Direto do Trabalho. 07. Mais uma vez foi identificada nas folhas de pagamento da Secretaria de  
988 Saúde do município, a presença de um servidor efetivo por concurso público, de iniciais GCDSN,  
989 que não mais se encontrava prestando serviço em qualquer órgão do município, mas que  
990 continuava na folha de pagamento da Secretaria Municipal de Saúde. Foram solicitadas as  
991 explicações para o setor pessoal da SMS do motivo pelo qual, apesar de verificada a ocorrência

4

Assinaturas:

Alfiana

Simotanno Xavier

Roberto

Mohorenia

Clube

22



de faltas durante vários meses desde 2018, o referido servidor ainda se encontrava em folha de pagamento e sem a instauração de um processo administrativo para apurar tais irregularidades, entretanto não nos foi apresentada as justificativas. 08. Mais uma vez foi identificado o empenho, liquidação e pagamento, referente ao aluguel de um imóvel para funcionamento da Diretoria da Atenção Básica, situado na Rua Lions Clube no 25, e que na verdade, refere-se ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e Traumatologia, custeado com recurso do Fundo Municipal de Saúde – ATENÇÃO BÁSICA. Também foi identificado o empenho e pagamento de um outro contrato de aluguel no mesmo endereço na Rua Lions Clube, cujo descritivo é para funcionamento da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor também da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e Traumatologia. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de dois aluguéis para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da atenção básica para a finalidade que está relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. Ademais, observou-se um considerado atraso no pagamento do referido Contrato, não justificando a ocorrência do atraso nos pagamentos dos aluguéis dos imóveis locados. 09. Foi identificado o empenho, liquidação e pagamento referente a 02 aluguéis de um imóvel para funcionamento da Diretoria da Vigilância Epidemiológica, Vigilância Nutricional, Assistência Farmacêutica, Imunizações e Centro de Endemias, também situado na Rua Lions Clube 25, e que na verdade refere-se ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor da pessoa física Renê Robles Martins de Matos, custeado com recurso do Fundo Municipal de Saúde – VISA. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de mais um aluguel para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da VISA para tal finalidade que está relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. Evidenciam-se mais uma vez, que existem três contratos ativos com pagamentos para um mesmo espaço/imóvel sendo dois para uma mesma pessoa jurídica e um terceiro contrato para uma pessoa física. 10. Foram identificados dois Processos Administrativo Fiscais (PAF) movido pelo CRF-Bahia contra a Coordenação de Assistência Farmacêutica do município, processos nº 198352/2018 e 19.6082/2018, referentes aos Autos de Infração nº 088144 A de 16.08.2018 e 077917 de 16.03.2018 respectivamente. 11. Foram identificados diversos contratos para prestação de serviços médicos e de diagnóstico, TODOS pela modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, a exemplo de: 01. Foi evidenciada a transferência financeira do Fundo Municipal de Saúde para a Fundação de Saúde de Vitória da Conquista referente ao pagamento da Clínica de Fisioterapia e do Ambulatório de Psiquiatria. Tal situação configura-se como uma ilegalidade tendo em vista que a FSVC não possui em seu escopo de serviços a serem prestados e sua finalidade tais serviços. Observou-se que em todos os meses dos quadrimestres avaliados, encontram-se entre as despesas do FMS **um valor destinado ao Gerenciamento da Clínica de Fisioterapia e da Clínica de Saúde Mental**. Tal situação já havia sido denunciada, em outubro de 2018, pela Vereadora Marcia Viviane Sampaio, para este CMS, e também para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas dos Municípios como "atos ilegais" na contratação de pessoal da Clínica de Reabilitação Física Dr. Sebastião Castro, praticados pelo Prefeito Herzem Gusmão. A essa comissão restou verificar a veracidade da situação denunciada e **constatar que a permanece exatamente igual à situação encontrada nos relatórios do 2º e 3º quadrimestres de 2018, dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2019 e 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2020 onde todos os salários dos trabalhadores contratados para exercerem funções na Clínica de Fisioterapia do Município e do Ambulatório de Saúde Mental continuam sendo efetivamente pagos pela FSVC.**

*Handwritten signatures and initials:*  
- *Marcia Viviane Sampaio* (circled)  
- *Herzem Gusmão*  
- *Renê Robles Martins de Matos*  
- *CRF-Bahia*  
- *Fundação de Saúde de Vitória da Conquista*  
- *Ministério Público Federal*  
- *Ministério Público Estadual*  
- *Tribunal de Contas dos Municípios*  
- *FSVC*  
- *23*







1082 nem autonomia, portanto não podem assumir uma posição na cadeia de comando e no parecer,  
1083 pela quantidade de estagiários, caracterizava um fluxo de uma ausência de força de trabalho e  
1084 que isso gera retrabalhado além de sobrecarregar e a baixa a qualidade do serviço e o  
1085 entendimento era que ao invés de abrir concurso, porque diante do cenário deduziria que havia  
1086 uma carência no quadro de funcionário, a gestão trouxe uma massa em processo de formação  
1087 e substitui a mão de obra que está faltando, quanto aos alugueis informou que só pode pagar  
1088 alguém com a fonte correlata e para isso o serviço público aprovou em 1988 um código de fonte  
1089 e se a gestão está fazendo um pagamento com uma fonte errada, tem um problema e ressaltou  
1090 que os pareceres apresentados são irrefutáveis e que nesse pleno tem quatro advogados, tem  
1091 economista, tem enfermeiro, médico, administrador e técnico e o debate é nessa linha, ou seja,  
1092 toda vez que vier para esse Conselho de Saúde alguma inconformidade técnica, será feita a  
1093 avaliação técnica e caso seja um caso isolado será feita a recomendação, mas se isso  
1094 caracteriza uma rotina ou uma demanda maior, aí será tratada com o uma medida de correção  
1095 imediata, portanto esses pareceres de 2021, continua reprovando. A Presidente Maria Tereza  
1096 confessou que também não está confortável em votar pela aprovação, sobretudo as contas da  
1097 COVID-19, porque acabou pagando caro para a mídia falar contra a ciência e isso custou muitas  
1098 vidas ainda mais porque essa mesma mídia foi paga com recurso da verba destinada para a  
1099 COVID-19. Em seguida questionou se todos estão esclarecidos, após afirmação que sim,  
1100 informou que o parecer está no processo de aprovação, aprovação com ressalvas e reprovação,  
1101 em seguida colocou em votação o Parecer das contas do Fundo Municipal de Saúde de Vitória  
1102 da Conquista, referente ao 1º, 2º e 3º quadridente das contas e das Contas COVID-19 de 2021,  
1103 o mesmo foi apreciado votado e reprovado por 12 votos, duas abstenções das Conselheiras  
1104 Maria Helena Lisboa e Lorena Silveira e uma declaração de impedimento do Conselheiro Ricardo  
1105 Oliveira. A Presidente Maria Tereza informou que irá ler os dois últimos pareceres em conjunto  
1106 por serem muito semelhantes. O Conselheiro Herberson Sousa informou que, mesmo que está  
1107 cansativo, mas o ideal é que faça a leitura separadamente. A Presidente Maria Tereza informou  
1108 que então irá ler logo as duas e continuou a leitura: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
1109 COMISSÃO DE FINANÇAS E SAÚDE: Ana Tibúrcio dos Santos Souza; Fabiana Lima  
1110 Cavalcante Moreira; Fernanda Lima Novais Aguiar; Maria de Fátima Amorim dos Santos; Maria  
1111 de Lourdes Ribeiro e Silva; Maria Tereza Magalhães Moraes; Nívea Maria Silva Silveira; Osvaldo  
1112 West Filho e Ricardo Alves de Oliveira. RELATÓRIO: A Comissão de Finanças do Conselho  
1113 Municipal de Saúde do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, contando também  
1114 com o auxílio da sua Comissão de Saúde, por meio dos seus membros acima citados, reuniram-  
1115 se na sala do Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista nos dias 14/03/2024 e  
1116 05/04/2024, 18.10.2024, 23.10.2024, 25.10.2024, 30.10.2024, 31.10.2024, 08.11.2024,  
1117 25.11.2024, 13.12.2024 e 15.12.2024 para análise dos documentos fiscais apresentados pela  
1118 entidade, referentes a prestações de conta dos 1º, 2º e 3º quadrimestre do ano de 2022 do Fundo  
1119 Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Em 11 de abril de 2024 e em 14/02/2025, os  
1120 membros atuais das referidas comissões e que abaixo assinam este documento, voltaram a se  
1121 reunir para a elaboração do presente parecer que neste momento será apresentado para  
1122 apreciação dos demais conselheiros, com as seguintes constatações: Todas as documentações  
1123 do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2022 que foram avaliadas, encontravam-se catalogadas,  
1124 acompanhadas de um espelho onde constavam número, data e valores dos lançamentos e que  
1125 foram conferidos pela comissão. 01. Foi encontrado um excessivo número de contratos de  
1126 estágios, dentro da Secretaria de Saúde do município, deixando evidenciado que o

25

*Handwritten signatures and initials:*

- Alcino
- Tranofino
- Q
- Herberson
- Ricardo
- West Filho
- Osvaldo
- Ana Tibúrcio
- Fabiana Lima
- Fernanda Lima
- Maria de Fátima
- Nívea Maria
- Osvaldo
- West Filho
- Ricardo Alves



1127 preenchimento de postos de trabalhos e mão de obra necessária para os serviços da Secretaria  
1128 de Saúde estavam sendo realizados na maioria dos setores, por estagiários. Tal situação já foi  
1129 apontada em parecer de ano anterior. O contrato de estágio é visto como uma prática de se  
1130 utilizar o estagiário como mão de obra barata, deturpando muitas vezes a verdadeira finalidade  
1131 do estágio, para não recolher os impostos devidos, inclusive para não pagar o salário base de  
1132 cada modalidade profissional. 02. Observou-se a existência de um elevado número de  
1133 contratação de profissionais médicos, como prestadores de serviços, cujos valores salariais  
1134 diferiam excessivamente dos valores pagos para os médicos concursados com uma mesma  
1135 carga horária e função, tendo alguns destes contratos inclusive sendo propostos com um valor  
1136 referente a ampliações de cargas horárias, fazendo com que os valores finais ficassem  
1137 exorbitantemente altos e diferentes dos salários percebidos pelos médicos concursados do  
1138 município ferindo assim o princípio da isonomia salarial previsto no Direto do Trabalho. 03. Mais  
1139 uma vez foi identificada nas folhas de pagamento da Secretaria de Saúde do município, a  
1140 presença de um servidor efetivo por concurso público, de iniciais GCDSN, que não mais se  
1141 encontrava prestando serviço em qualquer órgão do município, mas que continuava na folha de  
1142 pagamento da Secretaria Municipal de Saúde até o mês de outubro de 2022, época em que  
1143 recebeu um salário de R\$ 15.231,48 (quinze mil duzentos e trinta e um reais e quarenta e oito  
1144 centavos). Apesar de verificada a ocorrência de faltas durante vários meses desde 2018, o  
1145 referido servidor ainda se encontrava em folha de pagamento e sem a instauração de um  
1146 processo administrativo para apurar tais irregularidades. A Presidente Maria Tereza ressaltou  
1147 que não entendeu porque um servidor que não trabalhava desde 2018 recebeu esse valor no  
1148 seu último mês de salário e questionou se seria bonificação pelas suas faltas. O Conselheiro  
1149 Ricardo Oliveira informou que, já que a presidente não se sente esclarecida porque esse servidor  
1150 recebeu esse valor, seria prudente retirar esse item do parecer até que as coisas sejam  
1151 esclarecidas. A Presidente Maria Tereza informou que todas as consultas feitas desde 2018 o  
1152 servidor recebia o salário e abaixo apresentava o mesmo valor como desconto, ou seja, ele não  
1153 recebia nenhum valor, porém em outubro de 2022 esse servidor recebeu R\$ 15.231,48 (quinze  
1154 mil duzentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos) e que está na página da transparência  
1155 e que não tem o que discutir. O Conselheiro Ricardo Oliveira insistiu que ainda assim precisa  
1156 das explicações do porque ele recebeu esse valor em 2022. A Presidente Maria Tereza informou  
1157 que no parecer consta evidências e constatações e não questionamento e esse fato é evidente,  
1158 dando continuidade à leitura: 04. Mais uma vez foi identificado o empenho, liquidação e  
1159 pagamento, referente ao aluguel de um imóvel para funcionamento da Diretoria da Atenção  
1160 Básica, situado na Rua Lions Clube nº 25, e que na verdade, refere-se ao atual prédio da sede  
1161 da Secretaria Municipal de Saúde em favor da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e  
1162 Traumatologia, custeado com recurso do Fundo Municipal de Saúde – ATENÇÃO BÁSICA.  
1163 Também foi identificado o empenho e pagamento de um outro contrato de aluguel no mesmo  
1164 endereço na Rua Lions Clube, cujo descritivo é para funcionamento da sede da Secretaria  
1165 Municipal de Saúde em favor também da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e  
1166 Traumatologia. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de dois aluguéis para um  
1167 mesmo espaço bem como o uso de recurso da atenção básica para a finalidade que está  
1168 relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. Ademais, observou-se  
1169 um considerado atraso no pagamento do referido Contrato, não justificando a ocorrência do  
1170 atraso nos pagamentos dos aluguéis dos imóveis locados. 05. Foi identificado o empenho,  
1171 liquidação e pagamento referente a 02 aluguéis de um imóvel para funcionamento da Diretoria

26

*Handwritten signatures and initials:*  
- Affonso  
- Tereza Maria Xavier  
- Q  
- R  
- Tereza  
- D  
- R  
- J  
- J  
- J



da Vigilância Epidemiológica, Vigilância Nutricional, Assistência Farmacêutica, Imunizações e Centro de Endemias, também situado na Rua Lions Clube nº 25, e que na verdade refere-se ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor da pessoa física Renê Robles Martins de Matos, custeado com recurso do Fundo Municipal de Saúde – VISA. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de mais um aluguel para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da VISA para tal finalidade que está relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. Evidenciam-se mais uma vez, que existem três contratos ativos com pagamentos para um mesmo espaço/imóvel sendo dois para uma mesma pessoa jurídica e um terceiro contrato para uma pessoa física. 06. Foram identificados diversos contratos para prestação de serviços médicos e de diagnóstico, TODOS pela modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, a exemplo de: 01. Foi evidenciada a transferência financeira do Fundo Municipal de Saúde para a Fundação de Saúde de Vitória da Conquista referente ao pagamento da Clínica de Fisioterapia e do Ambulatório de Psiquiatria. Tal situação configura-se como uma ilegalidade tendo em vista que a FSVC não possui em seu escopo de serviços a serem prestados e sua finalidade tais serviços. Observou-se que em todos os meses dos quadrimestres avaliados, encontram-se entre as despesas do FMS um valor destinado ao Gerenciamento da Clínica de Fisioterapia e da Clínica de Saúde Mental. Tal situação já havia sido denunciada, em outubro de 2018, pela Vereadora Marcia Viviane Sampaio, para este CMS, e também para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas dos Municípios como "atos ilegais" na contratação de pessoal da Clínica de Reabilitação Física Dr. Sebastião Castro, praticados pelo Prefeito Herzem Gusmão. A essa comissão restou verificar a veracidade da situação denunciada e **constatar que a permanece exatamente igual à situação encontrada nos relatórios do 2º e 3º quadrimestres de 2018, dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2019, dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2020, e dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2021 onde todos os salários dos trabalhadores contratados para exercerem funções na Clínica de Fisioterapia do Município e do Ambulatório de Saúde Mental continuam sendo efetivamente pagos pela FSVC**. Ressalta-se que a Lei que cria a FSVC não permite nenhuma assistência que **não seja** voltada para a assistência materno-infantil ou do Laboratório Central de Vitória da Conquista. Ressalta-se ainda que já foi publicado um julgamento pelo TCM que reconhece ser esta, uma situação irregular e punindo inclusive o gestor municipal e o diretor geral da FSVC por tal prática. **Esta comissão volta a submeter tal situação para apreciação e deliberação por todos os membros desse CMS, das medidas a serem tomadas a respeito deste tema. CONCLUSÃO:** Diante de tudo quanto exposto, essa comissão em nome da transparência e responsabilidade, recomenda submeter aos demais conselheiros o presente parecer para que seja discutido e votado em plenária pela aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas do FMS referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2022. Vitória da Conquista, 10 de marco de 2025. O Conselheiro Herberson Sousa informou que o que foi lido está constatado e que tem mandato, portanto tem fé pública que lhe cobre uma constituição federal e que o fato constatado é inequívoco, se é explicável ou caracteriza crime ou não é outra coisa, mas tem a responsabilidade de fazer o encaminhamento correto que é Ministério Público, Controladoria Geral, Tribunal de Contas ou Ouvidoria e submeteu ao pleno que esse Conselho de Saúde remeta um documento a essas instituições dando ciência desse fato e solicitando parecer, até porque não cabe a esse Conselho de Saúde julgar, mas corre o risco de responder por cumplicidade. A Presidente Maria Tereza informou que, no que diz respeito a constatação, está muito claro o que está posto nas folhas de pagamento e que não cabe nenhum tipo de

Francklin Xavier

Marcelina

ppm

Uso

R

ppm

Q.



1217 constatação e acredita que o Setor Pessoal da Secretaria de Saúde que teria que se mover para  
1218 apurar essa questão, mas que pode sim colocar em votação a sugestão do Conselheiro  
1219 Herberson Sousa, até porque não ficou claro se houve algum PAD – Processo Administrativo  
1220 Disciplinar para esse servidor, em seguida colocou em votação o encaminhamento do  
1221 Conselheiro Herberson Sousa, o mesmo foi apreciado, votado e aprovado por 11 votos a  
1222 favor, 02 votos contra e 02 abstenções. O Conselheiro Ricardo Oliveira informou que leu  
1223 atentamente esse parecer e que não encontrou elementos suficientes para reprovar essas contas  
1224 e que até concorda que seja aprovado com ressalvas, mas reprovação de contas leva a um  
1225 caminho que demonstra que houve graves inconformidades que de alguma forma inviabilizou o  
1226 bom andamento das atividades e que até entende que a Secretaria de Saúde teve dificuldades,  
1227 mas conseguiu implementar serviços novos, os funcionários sempre receberam seus salários  
1228 em dia e não houve confissão de dívidas nem super salários dentre outras coisas, além disso o  
1229 parecer aponta dificuldades inerentes a gestão pública e que o gestor público tenta contornar  
1230 algumas coisas como foi dito pelo Sr. Edinael Pardim que já houve algumas correções e  
1231 encaminhou para uma aprovação com ressalvas, porque a reprovação é de fato dizer que é uma  
1232 catástrofe na administração pública e todos sabemos que não é esse cenário que estamos  
1233 vivenciando. O Conselheiro Herberson Sousa ressaltou que quer ser convencido pelo  
1234 Conselheiro Ricardo Oliveira item a item e situação por situação, porque a fala foi genérica e que  
1235 a ideia não é prejudicar a gestão, mas precisa ser convencido em todos os itens apontados, até  
1236 por não votar injustamente, mas sem esse convencimento mantém a sugestão de reprovação  
1237 das contas. O Conselheiro Ricardo Oliveira ponderou que, mesmo com os apontamentos lido  
1238 aqui nenhuma delas, mesmo que constatados, diante da grandiosidade que é o Fundo Municipal  
1239 da Saúde, são suficientes para uma reprovação total das contas, até porque existem pontos que  
1240 podem ser corrigidos e repetiu que as constatações apontadas não impactaram no bom  
1241 andamento das atividades da saúde, pelo contrário avançou e muito. A Presidente Maria Tereza  
1242 informou que esse parecer de 2022 traz constatações muito semelhantes as apontadas nos  
1243 pareceres de 2020 e 2021 que foram reprovadas, inclusive com pareceres concluídos e com  
1244 pagamentos de multas tanto da prefeitura quanto da Fundação de Saúde referente a situação a  
1245 Clínica de Fisioterapia, relatou ainda que tem pontos como pagamento de três alugueis no  
1246 mesmo prédio, alto volume de estagiários e o recebimento desse cidadão na folha de pagamento  
1247 sem está trabalhando, portanto tem dificuldades de aprovar as contas de 2022, porém poderia  
1248 até cogitar a possibilidade de fazer uma aprovação com ressalvas nas contas de 2023, apesar  
1249 de trazer alguns elementos, que de alguma forma, impactaram negativamente a exemplo da  
1250 diferença salarial entre os profissionais médicos, em seguida questionou se todos estão  
1251 esclarecidos, após afirmação que sim, informou que o parecer está no processo de aprovação,  
1252 aprovação com ressalvas e reprovação, em seguida colocou em votação o Parecer das contas  
1253 do Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista, referente ao 1º, 2º e 3º quadridente das  
1254 contas de 2022, o mesmo foi apreciado votado e reprovado por 11 votos, 04 votos aprovando  
1255 com ressalvas dos Conselheiros Maria Helena Lisboa, Lorena Silveira, Ricardo Oliveira e Nívea  
1256 Maria. A Presidente continuou lendo o parecer de 2023: INSTITUIÇÃO VISITADA E ANALISADA:  
1257 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. COMISSÃO DE FINANÇAS E SAÚDE: Ana Tibúrcio dos  
1258 Santos Souza; Fabiana Lima Cavalcante Moreira; Fernanda Lima Novais Aguiar; Maria de Fátima  
1259 Amorim dos Santos; Maria de Lourdes Ribeiro e Silva; Maria Tereza Magalhães Moraes; Nívea  
1260 Maria Silva Silveira; Osvaldo West Filho e Ricardo Alves de Oliveira. RELATÓRIO: A Comissão  
1261 de Finanças do Conselho Municipal de Saúde do Município de Vitória da Conquista, Estado da



1262 Bahia, contando também com o auxílio da sua Comissão de Saúde, por meio dos seus membros  
1263 acima citados, reuniram-se na sala do Conselho Municipal de Vitória da Conquista nos dias  
1264 14/03/2024 e 05/04/2024 18.10.2024, 23.10.2024, 25.10.2024, 30.10.2024, 31.10.2024,  
1265 08.11.2024, 25.11.2024, 13.12.2024 e 15.12.2024 para análise dos documentos fiscais  
1266 apresentados pela entidade, referentes a prestações de conta dos 1º, 2º e 3º quadrimestre do  
1267 ano de 2023 do Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista. Em 11 de abril de 2024 e  
1268 em 14/02/2025, os membros atuais das referidas comissões e que abaixo assinam este  
1269 documento, voltaram a se reunir para a elaboração do presente parecer que neste momento será  
1270 apresentado para apreciação dos demais conselheiros, com as seguintes constatações: 01.  
1271 Todas as documentações do 1o, 2o e 3o quadrimestres de 2023 que foram avaliadas,  
1272 encontravam-se catalogadas, acompanhadas de um espelho onde constavam número, data e  
1273 valores dos lançamentos e que foram conferidos pela comissão. 02. Foi encontrado um  
1274 excessivo número de contratos de estágios, dentro da Secretaria de Saúde do município,  
1275 deixando evidenciado que o preenchimento de postos de trabalhos e mão de obra necessária  
1276 para os serviços da Secretaria de Saúde estavam sendo realizados na maioria dos setores, por  
1277 estagiários. Tal situação já foi apontada em parecer de ano anterior. O contrato de estágio é  
1278 visto como uma prática de se utilizar o estagiário como mão de obra barata, deturpando muitas  
1279 vezes a verdadeira finalidade do estágio, para não recolher os impostos devidos, inclusive para  
1280 não pagar o salário base de cada modalidade profissional. 03. Observou-se a existência de um  
1281 elevado número de contratação de profissionais médicos, como prestadores de serviços, cujos  
1282 valores salariais diferiam excessivamente dos valores pagos para os médicos concursados com  
1283 uma mesma carga horária e função, tendo alguns destes contratos inclusive sendo propostos  
1284 com um valor referente a ampliações de cargas horárias, fazendo com que os valores finais  
1285 ficassem exorbitantemente altos e diferentes dos salários percebidos pelos médicos  
1286 concursados do município ferindo assim o princípio da isonomia salarial previsto no Direto do  
1287 Trabalho. 04. Mais uma vez foi identificado o empenho, liquidação e pagamento, referente ao  
1288 aluguel de um imóvel para funcionamento da Diretoria da Atenção Básica, situado na Rua Lions  
1289 Clube nº 25, e que na verdade, refere-se ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de  
1290 Saúde em favor da pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e Traumatologia, custeado com  
1291 recurso do Fundo Municipal de Saúde – ATENÇÃO BÁSICA. Também foi identificado o empenho  
1292 e pagamento de um outro contrato de aluguel no mesmo endereço na Rua Lions Clube, cujo  
1293 descritivo é para funcionamento da sede da Secretaria Municipal de Saúde em favor também da  
1294 pessoa Jurídica SORT- Serviço de Ortopedia e Traumatologia. Não ficou claro para essa  
1295 comissão o pagamento de dois aluguéis para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da  
1296 atenção básica para a finalidade que está relacionada à gestão administrativa da Secretaria  
1297 Municipal de Saúde. Ademais, observou-se um considerado atraso no pagamento do referido  
1298 Contrato, não justificando a ocorrência do atraso nos pagamentos dos aluguéis dos imóveis  
1299 locados. 05. Foi identificado o empenho, liquidação e pagamento referente a 02 aluguéis de um  
1300 imóvel para funcionamento da Diretoria da Vigilância Epidemiológica, Vigilância Nutricional,  
1301 Assistência Farmacêutica, Imunizações e Centro de Endemias, também situado na Rua Lions  
1302 Clube nº 25, e que na verdade refere-se ao atual prédio da sede da Secretaria Municipal de  
1303 Saúde em favor da pessoa física Renê Robles Martins de Matos, custeado com recurso do Fundo  
1304 Municipal de Saúde – VISA. Não ficou claro para essa comissão o pagamento de mais um aluguel  
1305 para um mesmo espaço bem como o uso de recurso da VISA para tal finalidade que está  
1306 relacionada à gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. Evidenciam-se mais uma

29

*Alfiana* *Isacete* *Mohorain* *Q* *fur* *me* *RE* *J* *per* *per* *per*



vez, que existem três contratos ativos com pagamentos para um mesmo espaço/imóvel sendo dois para uma mesma pessoa jurídica e um terceiro contrato para uma pessoa física. 06. Foram identificados diversos contratos para prestação de serviços médicos e de diagnóstico, TODOS pela modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, a exemplo de: 01. Foi evidenciada a transferência financeira do Fundo Municipal de Saúde para a Fundação de Saúde de Vitória da Conquista referente ao pagamento da Clínica de Fisioterapia e do Ambulatório de Psiquiatria. Tal situação configura-se como uma ilegalidade tendo em vista que a FSVC não possui em seu escopo de serviços a serem prestados e sua finalidade tais serviços. Observou-se que em todos os meses dos quadrimestres avaliados, encontram-se entre as despesas do FMS um valor destinado ao Gerenciamento da Clínica de Fisioterapia e da Clínica de Saúde Mental. Tal situação já havia sido denunciada, em outubro de 2018, pela Vereadora Marcia Viviane Sampaio, para este CMS, e também para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas dos Municípios como "atos ilegais" na contratação de pessoal da Clínica de Reabilitação Física Dr. Sebastião Castro, praticados pelo Prefeito Herzem Gusmão. A essa comissão restou verificar a veracidade da situação denunciada e constatar que a permanece exatamente igual à situação encontrada nos relatórios do 2º e 3º quadrimestres de 2018, dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2019, dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2020, e dos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2021 onde todos os salários dos trabalhadores contratados para exercerem funções na Clínica de Fisioterapia do Município e do Ambulatório de Saúde Mental continuam sendo efetivamente pagos pela FSVC. Ressalta-se que a Lei que cria a FSVC não permite nenhuma assistência que não seja voltada para a assistência materno-infantil ou do Laboratório Central de Vitória da Conquista. Ressalta-se ainda que já foi publicado um julgamento pelo TCM que reconhece ser esta, uma situação irregular e punindo inclusive o gestor municipal e o diretor geral da FSVC por tal prática. Esta comissão volta a submeter tal situação para apreciação e deliberação por todos os membros desse CMS, das medidas a serem tomadas a respeito deste tema. **CONCLUSÃO:** Diante de tudo quanto exposto, essa comissão em nome da transparência e responsabilidade, recomenda submeter aos demais conselheiros o presente parecer para que seja discutido e votado em plenária pela aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas do FMS referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2023. Vitória da Conquista, 10 de março de 2025. Dando continuidade colocou em votação o Parecer das contas do Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista, referente ao 1º, 2º e 3º quadrimestre das contas de 2023, o mesmo foi apreciado votado e aprovado com ressalva por 08 votos, e 07 votos reprovando as contas. A Presidente Maria Tereza convidou a todos para a reunião ordinária de 12 de março de 2025 onde haverá a posse dos novos Conselheiros e que a Comissão Eleitoral compareça um pouco mais cedo para finalizar os trabalhos, agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião. A presente ata foi lavrada por Pollyanna Mara de Oliveira Dantas, Secretária Executiva do Conselho, e será aprovada na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

Vitória da Conquista, 10 de março de 2025.

Fernanda Oliveira Maron \_\_\_\_\_  
(Secretaria Municipal de Saúde - Titular);

Aline Lima dos Anjos \_\_\_\_\_  
(Secretaria Municipal de Saúde - Suplente);

Lorena Silveira Almeida \_\_\_\_\_



- 1351 (Secretaria Municipal de Saúde – Suplente);  
 1352 **Fernanda Lima Novais Aguiar** *Fernanda*  
 1353 (Núcleo Regional – Titular);  
 1354 **Nívea Maria Silva Silveira** *Nívea*  
 1355 (Instituição Pública de Ensino Superior em Saúde – Titular);  
 1356 **Agnes Claudine Fontes De La Longuiniere** *Agnes Claudine Fontes Longuiniere*  
 1357 (Instituição Pública de Ensino Superior em Saúde – Suplente);  
 1358 **Ricardo Alves de Oliveira** *Ricardo*  
 1359 (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Titular);  
 1360 **Christiane Santos Camargo Rios** *Christiane*  
 1361 (Entidade de Odontologia do Município- Titular);  
 1362 **Maria Tereza Magalhães Moraes** *Maria Tereza*  
 1363 (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município – Titular - **Presidente**);  
 1364 **Rodrigo Santos Damascena** *Rodrigo*  
 1365 (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município – Suplente);  
 1366 **Juliana Oliveira Santos** *Juliana*  
 1367 (Profissionais de Enfermagem – Titular - **Secretária**);  
 1368 **Fabiana Lima Cavalcante** *Fabiana*  
 1369 (Entidade de Trabalhadores em Saúde- Titular);  
 1370 **Maria Helena Lisboa Viana** *Maria Helena Lisboa Viana*  
 1371 (Associação de Moradores- Suplente);  
 1372 **Jhoren Bonfim Sizisnande**  
 1373 (Sindicato dos Trabalhadores Urbanos – Titular – **Vice-Presidente**);  
 1374 **Giovânia Márcia Vieira Souto** *Giovânia*  
 1375 (Sindicato dos Trabalhadores Urbanos – Suplente);  
 1376 **Tainá Lima Xavier** *Tainá Lima Xavier*  
 1377 (Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Titular);  
 1378 **Maria de Lourdes Ribeiro e Silva**  
 1379 (Entidades Religiosas -Titular);  
 1380 **Davino do Nascimento Silva**  
 1381 (Matriz Africana - Titular);  
 1382 **Ana Tibúrcio dos Santos Sousa**  
 1383 (Entidades Filantrópica do Município – Titular);  
 1384 **Leide Barros Alves Costa** *Leide Barros Alves Costa*  
 1385 (Entidades Filantrópica do Município - Suplente);  
 1386 **Deusdete de Jesus Oliveira**  
 1387 (Movimento Negro - Titular);  
 1388 **Herberson Sousa Silva** *Herberson Sousa Silva*  
 1389 (Movimento Negro - Suplente).